

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO

KAREN DE FARIA NARKIEVICIUS

**O PERFIL DAS LIBERAÇÕES DE RECURSOS FINANCEIROS VIA SICREDI:  
UM ESTUDO PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS**

MARIANA, MG  
Fevereiro, 2024

KAREN DE FARIA NARKIEVICIUS

**O PERFIL DAS LIBERAÇÕES DE RECURSOS FINANCEIROS VIA SICREDI:  
UM ESTUDO PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Faria Silva

MARIANA, MG  
Fevereiro, 2024

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

N229p Narkievicius, Karen De Faria.  
O perfil das liberações de recursos financeiros via SICREDI  
[manuscrito]: um estudo para municípios selecionados. / Karen De Faria  
Narkievicius. - 2024.  
68 f.: il.: color., gráf., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Faria Silva.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências  
Econômicas .

1. Agricultura - Finanças. 2. Bancos de desenvolvimento - Minas  
Gerais. 3. Cooperativas de crédito - Minas Gerais. I. Silva, Fernanda Faria.  
II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.434

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter de Sousa-Bibliotecário Coord. ICSA/UFOP-  
CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Karen de Faria Narkievicius

O perfil das liberações de recursos financeiros via SICREDI: um estudo para municípios selecionados

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia

Aprovada em 22 de Fevereiro de 2024.

### Membros da banca

Profa Dra Fernanda Faria Silva - Orientadora (DEECO - Universidade Federal de Ouro Preto)  
Profa. Me Rosilene Aparecida Felício (DEECO - Universidade Federal de Ouro Preto)  
Me em Economia Aplicada Jouse Teixeira Ribeiro

Fernanda Faria Silva, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 29/02/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Faria Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/02/2024, às 20:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0672252** e o código CRC **8DD2A57C**.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por permitir que todos os meus objetivos fossem alcançados durante esses anos de estudos. À minha mãe, Kennia, por todos os conselhos e incentivos nesse tempo e por não me permitir desanimar. Ao meu irmão, Leandro, pela amizade incondicional e por sempre estar ao meu lado. Ao meu pai, Sileno, que hoje não se encontra comigo, mas desde a escola me incentivou a realização de uma graduação e não poupou esforços para a realização desse sonho.

À república D'ocê Lar, pela amizade, companheirismo e conselhos. Sempre estiveram ao meu lado nos momentos difíceis dessa graduação. Serei eternamente grata a vocês *docelarianas*, em especial, Rafaela, Natália, Fernanda e Lorena.

Aos professores, por todos os ensinamentos e porque me permitiram apresentar meu melhor desempenho, no meu processo de formação profissional, ao longo do curso. Em especial, à minha orientadora, Fernanda Faria, por toda dedicação para que esse trabalho se tornasse realidade.

A todos aqueles que contribuíram de alguma forma para essa conquista, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

As cooperativas de crédito têm sido uma importante institucionalidade de fomento para o desenvolvimento local, especialmente do setor agropecuário. Com a chegada da Cooperativa Sicredi Integração RS/MG, no ano de 2019 em vários municípios da região central de Minas Gerais, torna-se elementar analisar a liberação de recursos financeiros para o segmento agropecuário. Por isso, o objetivo deste trabalho é analisar o perfil das liberações de crédito via SICREDI, para as cidades de Conselheiro Lafaiete, Itabirito, Ouro Preto (especificamente seu distrito de Cachoeira do Campo), Ouro Branco, Congonhas, Entre Rios de Minas, Mariana e Jeceaba. A escolha destes municípios deveu-se a disponibilidade dos dados pelas agências. Foi verificado que a maior parte dos recursos são destinados a linhas de custeio e investimento e que algumas cidades houve liberação de recurso advindos do Sicredi e não somente do Banco Central. Assim, se faz importante o papel das cooperativas em parceria com as prefeituras municipais no setor agropecuário a fim de dinamizar o desenvolvimento local para estes municípios.

Palavras-chave: Financiamento agrícola; Cooperativas de crédito; Sicredi; desenvolvimento local; Minas Gerais.

## **ABSTRACT**

Credit cooperatives have been an important institutional structure for promoting local development, especially in the farming and cattle raising sector. With the arrival of Cooperativa Sicredi Integração RS/MG, in 2019 in several municipalities in the central region of Minas Gerais, it becomes essential to analyze the release of financial resources for the farming and cattle raising segment. Therefore, the aim of this work is to analyze the profile of credit releases via SICREDI, for the cities of Conselheiro Lafaiete, Itabirito, Ouro Preto (specifically its district of Cachoeira do Campo), Ouro Branco, Congonhas, Entre Rios de Minas, Mariana and Jeceaba. The choice of these municipalities was due to the availability of data by the agencies. It was found that most of the resources are allocated to funding and investment lines and that some cities have released resources from Sicredi and not just from the Brazilian Central Bank. Thus, the role of cooperatives in partnership with the city halls in the farming and cattle raising sector is important in order to boost local development for these municipalities.

**Keywords:** Agricultural financing; Credit cooperatives; Sicredi; local development; Minas Gerais.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Área de atuação da Sicredi Integração RS/MG.....	24
<b>Figura 2</b> - Fonte de recursos .....	29
<b>Figura 3</b> - Divisão de recursos por beneficiário .....	31
<b>Gráfico 1</b> - Custeio Conselheiro Lafaiete.....	40
<b>Gráfico 2</b> - Investimento Conselheiro Lafaiete.....	41
<b>Gráfico 3</b> - Custeio Itabirito.....	43
<b>Gráfico 4</b> - Investimento Itabirito.....	44
<b>Gráfico 5</b> - Comercialização Itabirito .....	45
<b>Gráfico 6</b> - Custeio Ouro Branco .....	47
<b>Gráfico 7</b> - Investimento Ouro Branco .....	48
<b>Gráfico 8</b> - Custeio Congonhas .....	51
<b>Gráfico 9</b> - Investimento Congonhas .....	52
<b>Gráfico 10</b> - Custeio Entre Rios de Minas .....	54
<b>Gráfico 11</b> - Investimento Entre Rios de Minas .....	55
<b>Gráfico 12</b> - Comercialização Entre Rios de Minas .....	55
<b>Gráfico 13</b> - Custeio Mariana.....	58
<b>Gráfico 14</b> - Investimento Mariana .....	59
<b>Gráfico 15</b> - Custeio Jeceaba .....	61
<b>Gráfico 16</b> - Investimento Jeceaba.....	61
<b>Gráfico 17</b> - Comercialização Jeceaba.....	62
<b>Quadro 1</b> - Demonstrativo dos números das cooperativas do Brasil.....	22
<b>Quadro 2</b> - Demonstrativo por segmentos e Valor Adicionado Bruto da cidade de Conselheiro .....	39
<b>Quadro 3</b> - Demonstrativo por segmentos e Valor Adicionado Bruto da cidade de Itabirito .....	43
<b>Quadro 4</b> - Demonstrativo por segmentos e Valor Adicionado Bruto da cidade de Ouro Branco.....	47
<b>Quadro 5</b> - Demonstrativo por segmentos e Valor Adicionado Bruto da cidade de Congonhas.....	50
<b>Quadro 6</b> - Demonstrativo por segmentos e Valor Adicionado Bruto da cidade de Entre Rios de Minas .....	53
<b>Quadro 7</b> - Demonstrativo segmentos e Valor Adicionado Bruto da cidade de Mariana .....	57
<b>Quadro 8</b> - Demonstrativo segmentos e Valor Adicionado Bruto da cidade de Jeceaba.....	60

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAGRIFAM	Associação dos Agricultores Familiares de Ouro Branco
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ADESIAP	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidentes e Alto Paraopeba
BACEN	Banco Central
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAC	Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DESUC	Departamento de Supervisão de Cooperativas e Instituições Não Bancárias
DGRV	Confederação Nacional das Cooperativas da Alemanha
FED	Federal Reserve
FEE	Financiamento Especial para Estocagem de Produtos Agropecuários
FGPP	Financiamento para garantia de preços ao produtor
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Manual de Crédito Rural do Banco Central
NCUA	National Credit Union Administration
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCE	Organização Estadual de Cooperativas
PASEA	Plano de Adequação Socioeconômica e Ambiental
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária

PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF	Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
RBA	Receita Bruta Agropecuária Anual
SAF	Sistema Agroflorestal
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
VAB	Valor Adicionado Bruto

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1: A INSTITUCIONALIDADE E IMPORTÂNCIA DO FINANCIAMENTO VIA SETOR COOPERATIVISTA.....	14
1.1 BREVE REVISÃO DA HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO .....	14
1.1.1 Cooperativismo no Mundo.....	14
1.1.2 Cooperativismo de Crédito no Brasil .....	17
1.2 HISTÓRIA DA COOPERATIVA SICREDI .....	20
CAPÍTULO 02: A INSTITUCIONALIDADE E ATUAÇÃO DO SICREDI EM MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DE MINAS GERAIS .....	24
2.1 MODALIDADES FINANCIADAS .....	27
2.1.1 Custeio .....	30
2.1.2 Investimento .....	32
2.1.3 Comercialização .....	33
2.1.4 Industrialização.....	35
CAPÍTULO 3: O PERFIL ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS E DO CRÉDITO LIBERADO VIA SICREDI .....	37
3.1 Análise de liberação de crédito rural.....	38
3.2 Resultados.....	63
CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS.....	66

## INTRODUÇÃO

A partir do momento que se iniciou o processo de ocupação do território brasileiro, a agricultura familiar se fez presente. Christoffoli (2015) menciona que durante as décadas de 1960 e 1970, com o plano de modernização da agricultura brasileira, foram beneficiados, majoritariamente, os segmentos agrícolas mais rentáveis e voltados à exportação. Pode-se afirmar que até o início de 1990, o Brasil não possuía uma política pública específica para a agricultura familiar, o que veio a se definir e consolidar a partir da criação do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996.

O PRONAF foi constituído a partir das reivindicações da organização dos trabalhadores rurais por políticas de desenvolvimento. Esse processo, a partir da luta dos trabalhadores, foi considerado uma bandeira histórica que permitiria a eles, antes negligenciados, acesso aos serviços oferecidos pelas instituições financeiras. Dessa forma, os agricultores familiares conseguiram legitimação e reconhecimento por parte do estado brasileiro (Christoffoli; 2015).

A partir da estabilização monetária advinda do Plano Real (1994) e da ampliação de um mercado de consumo interno de massa, enquanto política de governo (Lula I – 2002/2005), avolumaram-se as discussões a respeito da ampliação do acesso da população de baixa renda a serviços financeiros. Não podemos ignorar a importância do crédito em impulsionar a atividade produtiva que, conseqüentemente, colaboram com o aumento de emprego e renda. Assim, no Brasil, o debate sobre aumento de concessão de crédito para a parcela da população de baixa renda se faz presente. É uma triste realidade de alguns brasileiros a ausência de uma conta bancária, visto que esses não dão retorno suficiente ou possuem garantias desejadas pelo sistema financeiro.

Dessa maneira, nos últimos anos, algumas instituições começaram a se interessar por esse público e oferecer microfinanças. Veem esse mercado com grande potencial e, alguns preocupados com a questão social, buscam diminuir os altos custos de concessão de microcréditos.

O cooperativismo de crédito tem grande envolvimento quando se trata de concessão de microcrédito. Esse serviço financeiro é adaptado à população de baixa renda, micro e pequenas empresas além dos agricultores familiares. O setor cooperativista é de suma importância quando se trata de desenvolvimento da

sociedade. “A solidariedade cooperativa representa, portanto, a possibilidade de crescimento econômico coletivo, pois, pelo auxílio creditício mútuo, viabiliza-se a austeridade financeira do associado que dela necessita” (Frade; Oliveira, 2018, p. 8).

Essa instituição propicia a aplicação de recursos privados em prol da própria comunidade onde está inserida. Contribuindo assim, para o desenvolvimento da comunidade, quando auxilia a formação de poupança e promove o custeio de iniciativas empresariais que proporcionam benefícios em termos de geração de empregos e distribuição de renda. Jacques e Gonçalves (2016) demonstram que cidades que possuem atendimento de cooperativas de crédito possuem um PIB *per capita* R\$1.825,00 maior do que aqueles onde não se tem cooperativas.

A solidariedade é a premissa básica de auxílio e cooperação mútuos entre dois ou mais sujeitos, exigindo-se o rompimento das barreiras do individualismo, para preocupar-se com o outro, de forma a compreender o outro como realidade pessoal, mas também dando reconhecimento à importância social das ações do indivíduo inserido na coletividade (Frade; Oliveira, 2018, p. 8).

As cooperativas desempenham papel fundamental, ao atenderem pequenas comunidades que instituições financeiras mais tradicionais não se preocupam em financiar. “Destarte, assume-se do mutualismo a principal distinção entre cooperativas de crédito e bancos comerciais, cujo interesse é tipicamente privado, portanto, lucrativo” (Frade; Oliveira, 2018, p. 15).

Apesar das cooperativas de crédito estarem expandindo a sua participação no sistema financeiro ainda possuem baixa representatividade no volume de crédito liberado em relação as outras instituições financeiras (Jacques; Gonçalves, 2016). Economias mais desenvolvidas como as da Europa já reconhecem o papel importante que a cooperativas desenvolvem no sistema econômico e utilizam delas para agregar em seu desenvolvimento.

Economias mais maduras já o utilizam, há muito tempo, como instrumento impulsionador de setores econômicos estratégicos. Os principais exemplos são encontrados na Europa, especialmente Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda e Portugal (Jacques; Gonçalves, 2016, p.5).

A experiência brasileira com o cooperativismo de crédito se inicia em 1902, com a chegada do padre suíço Theodor Amstad, assunto sobre o qual discorreremos ao longo deste trabalho.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral, a partir de revisão bibliográfica e análise de dados disponibilizados pelo Banco Central e pela cooperativa Sicredi, analisar como o Sicredi – Integração RS/MG pode contribuir para ampliar o acesso de crédito aos agricultores e impulsionar o financiamento para os agricultores e outros, contribuindo para o desenvolvimento local dos municípios nos quais está baseado. Para além disso, discorre-se sobre os diferentes tipos de produtos e serviços disponíveis para esse público.

No primeiro capítulo será apresentada uma contextualização histórica acerca da conformação do sistema cooperativista no mundo e o surgimento da cooperativa Sicredi no Brasil. Logo após, no segundo capítulo, entenderemos um pouco mais sobre os produtos ofertados pela Sicredi RS/MG para o público agro e, no terceiro capítulo, serão apresentados dados sobre a liberação de crédito por parte da cooperativa e por parte do Banco Central para esse público. Finalmente, nas considerações gerais desta monografia, no terceiro capítulo, será apresentado o perfil das liberações de crédito, às quais, acredita-se, incidem na maiores liberações de crédito nas linhas de custeio e investimento.

## **CAPÍTULO 1: A INSTITUCIONALIDADE E IMPORTÂNCIA DO FINANCIAMENTO VIA SETOR COOPERATIVISTA**

Neste capítulo, será feita a contextualização do surgimento das cooperativas e seu fomento pelo Brasil. Além disso, buscar-se-á entender como estas instituições se diferem dos bancos comerciais tradicionais e ajudam no desenvolvimento da sociedade na qual está inserida.

### **1.1 BREVE REVISÃO DA HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO**

#### **1.1.1 Cooperativismo no Mundo**

O cooperativismo é um sistema econômico que busca distribuir riqueza advinda de sua atividade. De acordo com Meinen e Port (2014), as cooperativas são uma forma de organização avançada que visa o desenvolvimento da comunidade como um todo. Além disso, cita o tratamento igualitário entre seus associados, visto que independente do seu montante de investimento, todos são donos da cooperativa e tratados como tal, diferente de outras instituições financeiras, nas quais não importa o capital, considerando o indivíduo apenas um “cliente”. Esse sistema busca investir na cidade e distribuir os lucros visando aumento da renda.

Pela sua participação econômica, o associado tem a devida recompensa. As vantagens evidenciam-se no dia a dia da operação, pela qualidade do atendimento e, em especial, pelos preços mais atrativos, e também no final do ano, quando o associado faz jus à distribuição do resultado proporcionalmente às operações (Meinen; Port, 2014, p. 34).

Sua configuração inicial remonta os anos 1850, quando a Europa passava por um momento de crise econômica causada por vários motivos como: “o avanço da revolução industrial, a introdução do livre comércio, a fome decorrente de algumas frustrações de safra e a livre atuação de agiotas” (Meinen; Port, 2014, p. 61). Esse momento de crise criou entre a população um sentimento de cooperação que cresceu, devido à necessidade do povo.

Segundo Meinen e Port (2014), os primeiros passos na Europa da cooperativa de crédito se iniciam com sua fundação, por Franz Herman Schulze, em 1852, na cidade alemã de Delitzsch. Foram criados os *Volksbank*, bancos do povo, que se dispunham a atender proprietários de pequenas empresas. Esse formato de “banco”

ganhou grande adesão da população e, em 7 anos, já possuíam 183 cooperativas, com 18.000 associados, apenas na Pomerânia e Saxônia.

Devido ao seu prestígio, a iniciativa foi se expandindo a outras cidades alemãs e ao crédito rural, visto que as comunidades rurais alemãs eram mais carentes de amparo financeiro que o ambiente urbano, avançando rapidamente para fora das fronteiras alemãs e chegando à Itália, França, Holanda, Inglaterra e Áustria (Port, 2014). Porém, o modelo cooperativista instaurado muda de país para país, consequência de aspectos culturais, econômicos e legais de cada região.

Por exemplo, de acordo com Meinen e Port (2014), é no cooperativismo francês que as cooperativas financeiras apresentam a maior participação no mercado financeiro. Estimativas mostram que 75% das agências bancárias pertencem a bancos cooperativos e seus associados ultrapassam o número de habitantes do país, isso devido ao fato de os clientes possuírem mais de uma conta nas diferentes instituições.

Meinen e Port (2014) explicam que o *Crédit Agricole*, fundado em 1894, é o maior banco francês e também, a maior instituição financeira cooperativa do mundo, criado para oferecer soluções de crédito aos agricultores. Com objetivo de combater a miséria no meio rural, foi criado, em 1847, o *Crédit Mutuel*, que seguiu os princípios de Raiffeisen<sup>1</sup>. Seus administradores são voluntários e os lucros não são distribuídos, mas investidos no próprio negócio. Essa instituição se assemelha ao modelo brasileiro por seus serviços de natureza bancária e pelo relacionamento com os associados.

Na China, cerca de 10% dos depósitos efetuados são geridos por cooperativas. No quesito ativos financeiros administrados, a China possui o segundo lugar, além de ser o primeiro em número de associados. Como principal fonte de recursos financeiros, a população rural do país representa mais de 90% dos empréstimos agrícolas (Meinen; Port, 2014).

De acordo com Meinen e Port (2014), o Japão ocupa o terceiro lugar de países com maiores manifestações do cooperativismo. O *JA Banking System* conta com 10

---

<sup>1</sup> O princípio Raiffeisen consiste na responsabilidade ilimitada dos membros de uma cooperativa, a voluntariedade de seus diretores, o valor de reserva criado a partir de seus excedentes e a delimitação da área geográfica de atuação. Disponível em: <https://conexao.segurosunimed.com.br/historia-do-criador-do-cooperativismo-friedrich-wilhelm-raiffeisen/#:~:text=Os%20munic%C3%ADpios%20administrados%20por%20Raiffeisen%20seguiram%20os%20princ%C3%ADpios,cooperativismo%2C%20de%20acordo%20com%20a%20Alian%C3%A7a%20Cooperativa%20Internacional.>

milhões de membros, oferecendo os mais diferenciados serviços financeiros. O *JA Group* é uma associação de agricultores que conta com o *JA Banking System* para cumprir seu propósito de melhorar as operações dos agricultores e, com isso, a vida dessas pessoas.

Amparados por Meinen e Port (2014) e em consonância com os dados encontrados no sítio do Portal do Cooperativismo de Crédito e dados da CUNA, o modelo dos Estados Unidos possui a 4ª maior porção de ativos administrados por instituição financeira cooperativa no mundo. No quesito número de associados, o modelo norte americano perde apenas para a China, com 45 % da população economicamente ativa fazendo parte do sistema.

Essas cooperativas são regulamentadas pelo *National Credit Union Administration* (NCUA), e não pelo *Federal Reserve* (FED), o Banco Central Americano, possuindo em sua origem, atuação limitada a um grupo comum definido por ocupação profissional ou local de moradia. De acordo com Meinen e Port (2014), apenas em 1982 ocorreu sua expansão, o que permitiu o aumento de associados de forma menos restritiva. Atualmente, as cooperativas financeiras podem ser regulamentadas tanto pelo Governo Federal, quanto pelo estadual e, assim como no Brasil, dispõem de benefícios tributários.

De acordo com dados do Portal do Cooperativismo de Crédito e dados da CUNA, a Alemanha se mantém em quinto lugar em sua manifestação do cooperativismo financeiro. No país, as cooperativas possuem todos os direitos e obrigações de um banco tradicional. Mais de 35% da população opera em cooperativas reguladas pelo *Deutscher Genossenschafts und Raiffeisenverband* (DGRV), o que equivale à OCB no Brasil (Meinen; Port, 2014).

Na Itália, as cooperativas atuam no gerenciamento de 36% dos recursos do país. Apesar de ter passado por um momento conturbado no início do século 20, devido à crise de 1929, e de ter enfrentado o fascismo, após a Segunda Guerra Mundial, o país europeu se tornou uma importante peça no processo de crescimento no setor.

O modelo Holandês ocupa o sétimo lugar entre os países com maior expressão do cooperativismo, possuindo a maior rede de atendimento. A fim de enfrentar a crise agrícola do final do século XIX, a partir da organização de pequenas e médias empresas e agricultores, as cooperativas de crédito rural nascem em 1896, na Holanda, inspiradas pelo modelo criado por Friedrich Wilhelm Raiffeisen.

O oitavo país com maior expressão no cooperativismo financeiro é o Canadá. Cerca de 32% da população é associada a uma cooperativa financeira. Essas instituições são regulamentadas pelo governo estadual e pelos bancos pelo governo federal (Meinen; Port, 2014).

Detendo 33% dos depósitos do país, na Áustria, as cooperativas se originaram do modelo *Raiffeisen*. Representadas pelo *Raiffeisen Banking Group*, a sétima maior instituição financeira do mundo é formada pelo maior grupo financeiro da Áustria, contendo oito bancos regionais, 490 bancos cooperativos e um banco central (Meinen; Port, 2014).

Na Espanha, o governo permite que três tipos de instituições financeiras atuem no mercado. São elas: Bancos; *Cajas de Ahorro*, instituições financeiras com propósitos sociais e cooperativas financeiras, com estrutura similar à do Brasil, podendo também organizar-se em sistemas. Nas cooperativas espanholas, é permitido não associado operar com até 50% dos seus ativos. Para poder competir com os bancos tradicionais, as cooperativas passaram a aceitar contas apenas de clientes, a partir de 2004.

Como vimos, o cooperativismo de crédito se faz presente em todo mundo e vem se desenvolvendo bastante. No próximo tópico, a discussão discorrerá sobre o cooperativismo de crédito no Brasil.

### **1.1.2 Cooperativismo de Crédito no Brasil**

Segundo Greatti e Sela (2020), as cooperativas de crédito são consideradas agentes de suma importância quando se trata de inclusão financeira. O ponto apresentado pelas autoras é o fato dessas instituições apresentarem serviços financeiros a preços justos e adequados à necessidade da população à margem do sistema financeiro nacional. Além disso, promovem o empreendedorismo, o que provoca a geração de empregos e manutenção da renda, contribuindo para o desenvolvimento local.

No texto, Greatti e Sela (2020) mencionam Silva e Guerra Junior (2012) quando afirmam que as cooperativas de crédito podem ser uma alternativa de humanização do sistema financeiro nacional, visto que promovem juros e remunerações do capital mais justos. Isso porque os tomadores de crédito são os “donos da cooperativa” e

participam de suas decisões e, além disso, não visam lucros como as instituições financeiras tradicionais.

As cooperativas têm como ideal, proporcionar existência econômica aos menos favorecidos, além de não distinguir seus membros em relação aos seus direitos e deveres dentro da instituição, prezando por maior igualdade, coletividade e cooperação entre os associados e a comunidade. Esse sistema mais solidário surge do tratamento repulsivo no qual, aos menos favorecidos, eram negados atendimento nas instituições financeiras tradicionais.

Para Franke, a busca por um ideal de justiça, alicerçado no direito positivo, a ordem cooperativa se traduz pelo respeito à pessoa humana, abolindo o lucro capitalista, dentro de um regime de responsabilidade e auxílio mútuo (Schneider, 2006, p. 22).

De acordo com o Banco Central: “Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados”. Nelas, os associados possuem direitos e deveres, além de voz ativa e “têm poder igual de voto, independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa. O cooperativismo não visa lucros, os direitos e deveres de todos são iguais e a adesão é livre e voluntária” (Bacen, 2024).

Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entidade que representa e defende as cooperativas do mundo, “COOPERATIVA é uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada”<sup>2</sup>. Esse sistema se resume a valores e ideais mais humanitários. Essa definição é o que mais difere o sistema cooperativista dos outros sistemas econômicos.

Sendo assim, Meinen e Port (2014) define alguns dos valores cooperativistas, sendo eles: solidariedade; liberdade; democracia, equidade; igualdade; responsabilidades; honestidade; transparência e responsabilidade socioambiental. O autor cita também os princípios presentes no estatuto da cooperativa de consumo de Rochdale (1844): adesão livre; controle democrático: “um homem, um voto”; devolução do excedente ou retorno sobre as compras; juros limitados ao capital;

---

<sup>2</sup> Congresso Centenário da ACI. Manchester – Inglaterra, setembro de 1995.

neutralidade política, religiosa e racial; vendas a dinheiro e à vista; e fomento do ensino em todos os graus.

Os princípios vigentes até os dias atuais, definidos em congresso pela ACI, são: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; interesse pela comunidade. São esses princípios que dão legitimidade ao cooperativismo e o torna referência organizacional em torno do mundo.

No livro de Meinen e Port (2014), podemos ver também como os princípios do cooperativismo estão alinhados aos do Estado.

No art. 3º, fixa os quatro objetivos essenciais do Estado brasileiro como sendo i) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; ii) a garantia do desenvolvimento nacional; iii) a erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais; iv) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Meinen; Port, 2014, p. 47).

Dessa forma, podemos perceber como o cooperativismo é essencial para manutenção do Estado. Portanto, essa organização não governamental se torna fundamental para que o Estado cumpra seus objetivos (Meinen; Port, 2014). O social anda junto com o econômico nessa organização, a única realmente comprometida com a sociedade, como é citado por Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República, em pronunciamento na cerimônia de abertura do Rio Cooperativo 2000:

A cooperativa, como uma empresa, caracteriza-se por aliar diretamente, na mesma organização cooperativa, dois aspectos fundamentais do desenvolvimento sustentável: a racionalidade econômica e o sentido da solidariedade social. Um híbrido de empresa e organização do terceiro setor, uma empresa com o coração (Meinen; Port, 2014, p. 48).

Dito isso, segundo a História do Cooperativismo<sup>3</sup>, os primeiros passos do sistema cooperativo surgem no final do século XIX no Brasil. A primeira cooperativa da qual se tem registro, foi fundada na cidade de Ouro Preto/MG, em 1889, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, uma cooperativa de consumo. Depois disso, em 1894, foi fundada outra cooperativa de consumo na cidade de Camaragibe/PE. Logo após, surgiu a primeira cooperativa de crédito no Rio Grande do Sul, em 1902, e algumas cooperativas rurais em Minas Gerais.

---

<sup>3</sup> Sistema OCB, disponível em: Somos Cooperativismo. Acesso em: 16 out. 2023.

Atualmente, a cooperativa mais antiga ainda em atividade, de acordo com o Sistema OCB, é a Sicredi Pioneira. Criada em 1902, pelo Padre Theodor Amstad, com intuito de restabelecer a vida dos moradores de Nova Petrópolis, foi instaurada a Sicredi pioneira, como será detalhado mais adiante.

## 1.2 HISTÓRIA DA COOPERATIVA SICREDI

Esse segmento promissor chega ao Brasil através da Revolução Industrial, que trouxe muitas famílias alemãs e italianas ao nosso país. A situação precária vivida por algumas famílias no velho continente, ajudou a desenvolver inúmeras cooperativas nos países como Inglaterra, Alemanha e Itália. Essa situação trouxe ao Brasil cerca de 80.000 alemães e, dentre eles, o padre Theodor Amstad (Meinen; Port, 2014).

Theodor Amstad nasceu em 9 de novembro de 1851 na Suíça. Frequentou o ginásio jesuíta de Feldkirch. Ele chegou ao Brasil em 1885, com 34 anos de idade a época. Se estabeleceu na cidade de Nova Petrópolis e lá iniciou seus trabalhos de suporte à comunidade. Seu primeiro trabalho foi doutrinar as famílias recém chegadas ao Brasil. Foi destinado por seus superiores, a trabalhar nas pequenas capelas do interior prestando assistência a pessoas doentes em suas casas, tudo isso em companhia de Diana, sua mula (Santos, 2013).

Através de seu trabalho missionário, percebeu a carência socioeconômica da região, que se sustentava majoritariamente pela produção agrícola. Dessa forma, de acordo com informações compiladas no *site* da Sicredi Pioneira, criou, em 1902, o sistema de empréstimos chamado Bauernkasse, a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad. Esse sistema proporciona fundos aos agricultores mais pobres sem garantia de retorno. A Caixa de Economia e Empréstimos, atualmente, faz parte das 105 cooperativas do sistema Sicredi e leva o nome de Sicredi Pioneira RS.

Todo esforço do padre Amstad em ajudar a comunidade, resultou na criação de 37 cooperativas de crédito, das quais oito estão em funcionamento até os dias vigentes. Em 1906, o padre ajudou na constituição de outra das cooperativas do Sicredi, a Sicredi Vale do Taquari RS. Com as cooperativas se difundindo em todo estado nas décadas seguintes, em 8 de setembro de 1925, no Rio Grande do Sul, através de reunião que contava com 18 entidades, nasce a primeira central brasileira do ramo: Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do

Sul, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada. Essa instituição se tornou uma das principais mediadoras de crédito rural (Meinen; Port, 2014).

O desenvolvimento dessas cooperativas sofrem um lamentável atraso quando, em 1962, os bancos são privilegiados pelo Decreto Lei n.º 1.503 e, posteriormente, pela reformulação da legislação bancária (Lei 4.595/64), tornando-os principais instrumentos de concessão de recursos financeiros. Privilegiando os bancos com o Decreto Lei n.º 1.503, o Banco Central começa também uma legislação restritiva, criando uma dura fiscalização, levando várias cooperativas a encerrarem suas atividades rurais (Meinen; Port, 2014).

Entre 1930 e 1960, principalmente as cooperativas do tipo Luzatti começaram a confundir um dos principais ideais cooperativistas, priorizando o interesse particular acima do coletivo. No livro *Cooperativismo Financeiro*, de Meinen e Port, é citado uma fala de Tenório Filho, que destaca o esquecimento pelo coletivo quando adotam um regime em que a presidência da cooperativa deveria ser passada por gerações, esquecendo todo o propósito cooperativista de dar voz e poder a seus associados.

Foi apenas na década de 1980, com as poucas cooperativas restantes, que o movimento começou a ressurgir. Das 13 cooperativas restantes no estado do Rio Grande do Sul, nove se juntam a fim de sobreviver, criando a Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul Ltda. (COCECRER), fundada em 27 de outubro de 1980, hoje Central Sicredi Sul, liderada por Mário Kruehl Guimarães. Segundo o Sr. Mário, o sistema não sobreviveria se apenas houvesse mudança nas normas vigentes, era preciso um novo formato organizacional, unindo as cooperativas e tornando-as mais fortes e eficientes.

O Sr. Mário se baseou em países onde as cooperativas obtiveram sucesso para criar um novo sistema. Em uma de suas falas, ele destaca:

O pensamento era o de criar uma organização financeira pujante, que pudesse liberar, paulatinamente, o produtor e suas cooperativas da usura bancária e evitasse que as pequenas economias do interior, depositadas em cadernetas de poupança bancária, continuassem a financiar, como era corrente acontecer, a construção de majestosos edifícios nas capitais e, até, em sofisticados balneários, por ser a atividade imobiliária, como é natural, muito mais rentável que o crédito rural para pequenos produtores (Meinen; Port, 2014).

Meinen e Port (2014) conta que diante dessas ações, várias cooperativas começam a surgir com apoio das cooperativas de produção e comercialização. A expansão no RS começa a surtir efeito em outros estados e logo outras centrais foram

formadas, começando com crédito rural e passando para cooperativas de crédito mútuo

Assim, em 1995 surge o banco cooperativo Banco Cooperativo Sicredi, em Porto Alegre, inserindo as cooperativas no sistema nacional de pagamentos e dando independência ao sistema. Também surgem as confederações para coordenar, representar, desenvolver soluções de apoio aos negócios cooperativistas. Já em 2007, é criada a Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC), a fim de fiscalizar e promover auditorias externas nas cooperativas financeiras Sicoob, Sicredi e Unicred.

De forma geral, no Brasil, em 2008, o sistema cooperativo, de acordo com o Bacen, contava com

Dois bancos cooperativos, sendo um múltiplo e o outro comercial, cinco confederações, uma federação, 38 cooperativas centrais e 1.423 cooperativas singulares, com 4.044 pontos de atendimento, somando mais de três milhões de associados. Dentre as singulares, 152 eram de livre admissão de associados, 74 eram de empresários, 386 eram de crédito rural e 881 eram dos demais tipos. Podemos observar, desde a década de 40, entre as cooperativas de crédito que efetivamente estavam registradas nos órgãos oficiais do Governo (Pinheiro; Marcos, 2008; p. 12).

Hoje, o sistema conta com mais de 800 cooperativas, mais de 9.000 agências e 16 milhões de cooperados. Já no Brasil, de acordo com os dados atualizados de setembro de 2023, do Banco Central, o sistema cooperativista tem se desenvolvido bastante, como demonstra o Quadro 1:

**Quadro 1** - Demonstrativo dos números das cooperativas do Brasil

<b>Cooperativas de crédito no Brasil</b>	
Quantidade	833
Agências	9.122
Cooperados	16.000.000
Ativos	R\$ 590.000.000,00
Crédito	R\$ 383.000.000,00
Depósitos	R\$ 358.000.000,00

Fonte: Quadro elaborado pela autora, de acordo com dados do Banco Central.

Apesar do sistema cooperativo não ser o mais usado no Brasil, podemos ver seu grande desenvolvimento ao longo dos mais de cem anos. Hoje, o sistema Sicredi

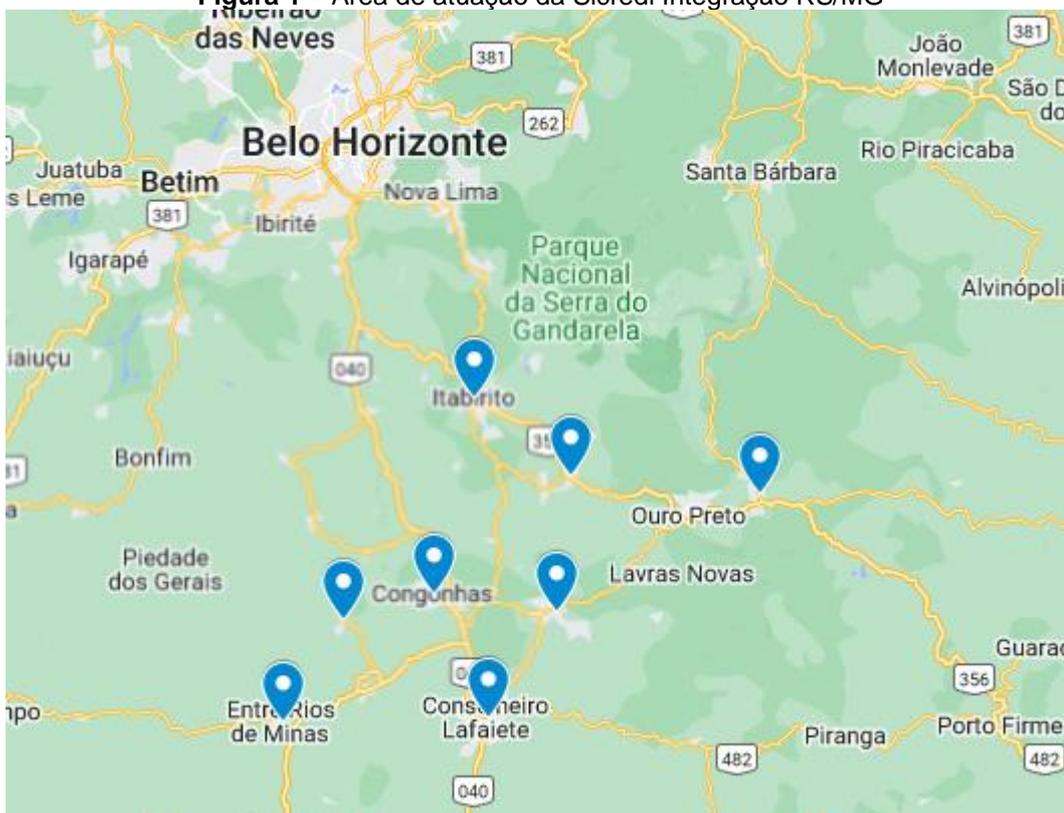
conta com mais de 6 milhões de associados, cerca de 2.400 agências em todo país e 35.000 colaboradores.

Recapitulando, o objetivo deste capítulo foi apresentar o histórico do surgimento das cooperativas e sua importância no Brasil e no mundo. No capítulo seguinte, será apresentada a institucionalidade do SICREDI e será feita uma análise da distribuição dos recursos de crédito para o público agropecuário, divisão por porte e fonte de financiamento.

## CAPÍTULO 02: A INSTITUCIONALIDADE E ATUAÇÃO DO SICREDI EM MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DE MINAS GERAIS

Atualmente há diversas cooperativas Sicredi espalhadas pelo Brasil. Hoje, de acordo com fontes internas do Sicredi, o sistema conta com 105 cooperativas atuando nos mais diferentes segmentos. Espalhadas por todos os estados brasileiros, cada uma conta com sua própria área de atuação, para que seja respeitada a cooperação e não haja concorrência dentro do sistema. No ano de 2019 a Sicredi Integração RS/MG iniciou seu processo de expansão que se iniciou com as cidades de Conselheiro Lafaiete, Itabirito, Ouro Branco, Congonhas, Entre Rios de Minas, Mariana, Jeceaba e o distrito de Cachoeira do Campo.

Figura 1 – Área de atuação da Sicredi Integração RS/MG



Fonte: Mapa obtido pela autora através da ferramenta do *Google Maps*.

O Sicredi Integração RS/MG chega a Minas Gerais em abril de 2019, após aprovação dos associados em assembleia. Inaugurando sua primeira agência mineira na cidade de Conselheiro Lafaiete, considerada cidade-polo da região do Alto

Paraopeba e Vale do Piranga<sup>4</sup>. Logo após, em julho de 2019, continuando seu processo de expansão, por ser uma cidade de grande relevância na região dos Inconfidentes e no Alto do Paraopeba, é aberta a segunda agência na cidade de Itabirito<sup>5</sup>.

A terceira agência a ser inaugurada fica na cidade Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto<sup>6</sup>. Com aproximadamente 8 mil habitantes, a agência iniciou suas atividades em 2020 com 150 associados. Ainda em 2020, é feita a inauguração em Ouro Branco<sup>7</sup>, respeitando os protocolos de segurança de COVID-19, já que a esse tempo, o mundo enfrentava a pandemia da doença infecto contagiosa e o distanciamento social era uma das formas de evitar o contágio.

Enquanto a cooperativa alcançava sua marca de quase 4 mil associados em solo mineiro, conquistou a abertura de mais duas agências no início do ano de 2021, sendo elas, Congonhas e Entre Rios<sup>8</sup>.

Ainda no ano de 2021, em outubro, em uma cidade onde a economia é caracterizada pela mineração, mas também se destaca no turismo e agropecuária, é aberta a sétima agência em Minas Gerais, na Cidade de Mariana<sup>9</sup>. Além disso, atinge o número de 6 mil associados mineiros.

Em março de 2022, o Sicredi inaugura sua oitava agência mineira e a segunda agência em solo lafaietense. Devido ao bom momento da cidade e à confiança depositada no Sicredi, hoje Conselheiro Lafaiete conta com duas agências, sendo

---

<sup>4</sup> Sicredi inaugura agência de crédito cooperativo em Lafaiete, Fato Real, Lafaiete/MG, 3 de abril de 2019. Disponível em: <https://fatoreal.com.br/2019/04/03/sicredi-inaugura-agencia-de-credito-cooperativo-em-lafaiete/>

<sup>5</sup> Sicredi irá inaugurar agência na cidade de Itabirito e realiza hoje Café Empreendedor, Sou Notícia, 23 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.sounoticia.com.br/noticia/67879/geral/sicredi-abre-unicidade-em-itabirito-e-realiza-cafe-empreendedor-nesta-terca-feira-23-23072019>

<sup>6</sup> Sicredi Integração RS/MG inaugura terceira agência em MG, CIC, 21 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://cicvaledotaquari.com.br/sicredi-integracao-rsmg-inaugura-terceira-agencia-em-mg/>

<sup>7</sup> Sicredi inaugura unidade em Ouro Branco, Fato Real, 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://fatoreal.com.br/2020/07/13/sicredi-inaugura-unidade-em-ouro-branco/#:~:text=Ag%C3%Aancia%20est%C3%A1%20localizada%20no%20centro%20da%20cidade%20A,Inaugura%C3%A7%C3%A3o%20respeitou%20medidas%20de%20sa%C3%BAde%20devido%20%C3%A0%20pandemia>

<sup>8</sup> Sicredi Integração RS/MG inaugura agências em Congonhas e Entre Rios de Minas, Lafaiete, Agora, 3 de Maio de 2021. Disponível em: <https://lafaieteagora.com.br/2021/05/03/sicredi-integracao-rs-mg-inaugura-agencias-em-congonhas-e-entre-rios-de-minas/>

<sup>9</sup> Sicredi Integração RS inaugura agência em Mariana e passa a atuar em sete municípios de Minas Gerais, Independente, 5 de outubro 2021. Disponível em: <https://independente.com.br/sicredi-integracao-rs-inaugura-agencia-em-mariana-e-passa-a-atuar-em-sete-municipios-de-minas-gerais/>

uma delas a Sicredi Integração RS/MG<sup>10</sup>. Em julho desse mesmo ano, com toda aceitação recebida em solo mineiro, é inaugurada a agência em Jeceaba. A cidade conta com quase 5000 habitantes e sua economia é baseada no comércio, construção civil, extração mineral, indústria de transformação e agricultura<sup>11</sup>. Fechando o ano com chave de ouro, em novembro a décima agência é instaurada na cidade de Brumadinho. No ano de 2023 foram abertas mais duas agências em Minas Gerais, nas cidades de São Joaquim de Bicas e Belo Vale.

Além disso, o centro administrativo, previsto para o ano de 2024, além de contar com o trabalho dos profissionais da Superintendência, abrigará também uma agência para o segmento Agro e outra específica para o segmento Empresas. O Sicredi Integração RS/MG pretende permanecer no ritmo de inauguração de duas a três unidades no ano, visto que tem sido muito bem aceito pelos mineiros e acredita no desenvolvimento econômico que pode proporcionar às cidades em que as cooperativas são instaladas e ao estado.

---

<sup>10</sup> Em grande estilo, Sicredi inaugura 2ª agência em Lafaiete e a 8ª em Minas, Correio de Minas, 9 de Março de 2022, Correio de Minas. Disponível em: <https://correiodeminas.com.br/2022/03/09/em-grande-estilo-sicredi-inaugura-2a-agencia-em-lafaiete-e-a-8a-em-minas/>

<sup>11</sup> Sicredi Integração RS/MG inaugura nova agência em Jeceaba nesta terça-feira, Correio Online, 5 de julho 2022. Disponível em: <https://www.jornalcorreiodacidade.com.br/noticias/26279-sicredi-integracao-rsmg-inaugura-nova-agencia-em-jeceaba-neste-tercafeira>

## 2.1 MODALIDADES FINANCIADAS

Segundo Lauro Mattei (2014), no decorrer do percurso da modernização do segmento de agricultura familiar, antes chamado de agricultura de subsistência, políticas voltadas ao meio rural foram concentradas nos segmentos mais capitalizados voltados à exportação. O autor afirma no texto, que até a década de 1990, o setor da agricultura familiar não possuía políticas públicas voltadas ao seu desenvolvimento ou que atendessem às suas necessidades.

Em toda sua formação econômica brasileira, o processo de monocultura se repete em diversos ciclos econômicos nas décadas seguintes, o que contribui para a marginalização da agricultura familiar no processo de desenvolvimento econômico da área rural do país (Meinen e Port,2014). Segundo Lauro Mattei (2014), esse processo de monocultura somente passa por mudanças no Pós-Guerra, período em que foi adotada a política de modernização da agricultura. Porém, essa modernização causa sérias consequências no âmbito ambiental e social quando ocorre a concentração de terras e a exclusão social dos agricultores tradicionais.

Apesar de toda dificuldade sofrida na Agricultura Familiar, Lauro Mattei (2014) descreve as características desse segmento como

[...] uma forma de produção que procura estabelecer sistemas produtivos focados na biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens e de mulheres, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população brasileira e na promoção da democratização do acesso à terra e aos demais meios de produção, como estratégia de construção do desenvolvimento rural sustentável (Mattei, 2014, p. 85).

O sistema cooperativista pode colaborar para o significativo desenvolvimento do segmento rural. Dessa forma serão apresentados os produtos e serviços oferecidos pelo Sicredi, que ajudam os agricultores em sua jornada. De acordo com as diretrizes do crédito rural, disponíveis no *site* do Banco Central<sup>12</sup>, pode haver as seguintes finalidades:

- *Custeio*: para cobrir despesas normais dos ciclos produtivos. Ex.: insumos, sementes, mão-de-obra terceirizada, aluguéis de máquinas etc.;
- *Investimento*: deve ser destinado à aquisição de bens e serviços cujo uso se estenda por muitos períodos de produção. Ex.: compra de

---

<sup>12</sup> Crédito Rural (bcb.gov.br)

equipamentos, matrizes e reprodutores, construção de benfeitorias, silos etc.;

- *Comercialização*: destina-se a cobrir despesas próprias da fase imediatamente seguinte à colheita ou a converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas;
- *Industrialização*: para a industrialização de produtos agropecuários.

O Sicredi oferece diversos tipos de produtos e serviços aos produtores rurais. O PRONAF, por exemplo, é destinado a incentivar a produção de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, financiando as atividades e serviços rurais. Os créditos podem ser dedicados ao custeio, investimento, industrialização ou integralização de quotas-partes pelos beneficiários nas cooperativas de produção agropecuária. Além disso, pode ser concedido de forma individual ou coletiva.

O PRONAF é um programa criado em 1996, a fim de atender os agricultores familiares.

[...] para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, os quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários (Mattei, 2014, p. 83).

De acordo com o Manual de Introdução ao Crédito Rural (2021), são enquadrados agricultores familiares e produtores rurais que tenham Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa e registrada na base de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os requerentes precisam também:

- explorar parte de terra como proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou permissionário de áreas públicas;
- residir na propriedade ou próximo a ela;
- não possuir área superior a quatro módulos fiscais (um módulo fiscal na cidade de Mariana/MG corresponde a 20 hectares);
- no mínimo 50% da renda familiar bruta deve ter origem de exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento;
- tenha o trabalho familiar de forma predominante da exploração agropecuária;

- a renda familiar bruta dos últimos 12 meses, antecedendo a solicitação da DAP, de até 500.000 mil reais.

As fontes de recurso para o custear os diferentes tipos de crédito podem ser divididas em recursos livres (não controlados) e recursos controlados. Os recursos controlados são oriundos de planos do governo e os recursos livres da cooperativa.

**Figura 2 - Fonte de recursos**

<b>Controlados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos Obrigatórios (MCR 6.2);</li> <li>• Recursos da Poupança Rural equalizados pelo Tesouro Nacional;</li> <li>• Recursos repassados pelo BNDES com custos equalizados pelo Tesouro Nacional (Moderagro, Moderinfra, Moderfrota, ABC, INOVAGRO, PRONAMP BNDES Investimento, PCA e Pronaf Investimento, PRODECOOP);</li> <li>• Recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé);</li> <li>• Recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional (FCO).</li> </ul>
<b>Não controlados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos próprios das Cooperativas;</li> <li>• Recursos Próprios Repasse pós e pré-fixada (fontes alternativas)</li> <li>• Recursos da poupança rural pós-fixados;</li> <li>• Recursos da poupança rural pré-fixados;</li> <li>• LCA (Letra de Crédito do Agronegócio);</li> <li>• Recursos repassados pelo BNDES (BNDES Automático, BNDES Automático Agropecuário, BNDES Agro Armazenagem, BNDES Prorenova).</li> </ul>

Fonte: Manual de Introdução ao Crédito Rural (2021).

Araújo e Li (2019) descrevem a exigibilidade de que parte dos depósitos à vista sejam direcionados a linhas de crédito rural. Desse valor, no mínimo, 15% deve ser direcionado a operações de custeio PRONAMP e no mínimo 20%, para operações de custeio do Pronaf, dois programas destinados aos pequenos e médios agricultores. Além disso, os autores explicam que 65% dos recursos depositados em Poupança Rural, devem ser aplicados em operações de crédito rural.

As linhas de crédito rural são destinadas aos pequenos, médios e grandes produtores rurais, esse financiamento parte de recursos públicos, como o BNDES<sup>13</sup>,

<sup>13</sup> BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é responsável pelo investimento em diversos setores da economia Identidade Institucional - Propósito, Visão, Missão, Valores e Princípios (bndes.gov.br)

e também de recursos privados, como demonstrado ao longo deste trabalho. Dessa forma, serão apresentados de forma detalhada os quatro tipos de crédito citados. A descrição desses será feita a partir do Manual de Introdução ao Crédito Rural (2021).

### **2.1.1 Custeio**

Como apresentado, a modalidade de custeio tem como finalidade cobrir despesas dos ciclos produtivos como, por exemplo: insumos, sementes, mão-de-obra terceirizada, aluguéis de máquinas etc. Dessa forma, as despesas a serem custeadas são divididas em ciclos agrícola e pecuário. O custeio agrícola entende-se pelo período de cultivo, que vai desde o plantio até à colheita.

E o custeio pecuário, por exemplo, na atividade de bovinocultura e bubalinocultura, em que o ciclo pode ser de recria, de terminação ou ciclo completo. Ciclo de recria é o período de desmame do animal. Ciclo de terminação começa logo após o de recria e se estende até o abate do animal. O ciclo completo se estende do nascimento do animal até seu abate.

O crédito de custeio é o mais procurado pelos produtores rurais. Segundo Viana (2021, p. 296): “Isso se deve em decorrência da agricultura ser intensiva em capital, especialmente para insumos produtivos para as lavouras e aos seus ciclos anuais de desenvolvimento”.

Dos beneficiários, contamos com produtores rurais enquadrados no Pronaf (pessoa física); produtores rurais enquadrados do PRONAMP (pessoa física e jurídica) e produtores rurais determinados como demais produtores (pessoa física e jurídica). Há também a divisão dos recursos por tipo de beneficiário:

**Figura 3 - Divisão de recursos por beneficiário**

<b>PRONAF</b>	- MCR 6.2 - Poupança Equalizada
<b>PRONAMP</b>	- MCR 6.2 - Poupança Equalizada
<b>DEMAIS PRODUTORES</b>	- MCR 6.2 - Poupança Equalizada
<b>RECURSOS LIVRES</b>	- Recursos próprios da Cooperativa - Poupança pré e pós-fixada - LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) - Fonte alternativa de mercado: recursos próprios do Banco repassados à Cooperativa – pré e pós-fixado

Fonte: Manual de Custeio Agropecuário (2023).

O Pronaf representa uma conquista dos agricultores familiares:

Representa a legitimação, por parte do Estado brasileiro, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então, era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (Mattei, 2014, p. 84).

O Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP) foi criado em 2011 pelo Governo Federal, como forma de financiar os médios produtores rurais. Segundo Irineu Brinker, o Programa é destinado a “apoiar a agricultura familiar através de financiamentos e apoio técnico à implantação, modernização ou ampliação de projetos que visem aumentar a produtividade e melhoria de práticas de produção sustentáveis” (Brinker, 2019, p. 13).

De acordo com o Manual de Introdução ao Crédito Rural (2021), o Sicredi proporciona o financiamento de até 100% do projeto de custeio. Para mais, é permitido requerer o financiamento de mais de um custeio. Por exemplo, o agricultor consegue solicitar o custeio da lavoura posterior numa área que permita a produção de duas ou mais safras anuais, sem precisar liquidar o crédito referente ao ciclo anterior.

Como o Sicredi tem a sustentabilidade como princípio em seus negócios e o desenvolvimento da comunidade onde atua, ele segue as normas vigentes do MCR de proteção ambiental para concessão de crédito rural. Toda e qualquer instituição financeira responde de forma solidária a danos ambientais causados por suas atividades financiadas, quando não exigem adequada comprovação da regularidade ambiental (Manual de Introdução ao Crédito Rural (2021)).

Ademais, as operações de custeio possuem seguro. O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) garante ao associado pagamento parcial ou total, em caso de perdas de receitas em decorrência de eventos climáticos indenizáveis.

A obrigatoriedade de contratação de seguro muda de acordo com seu enquadramento. Em caso de PRONAF, toda operação de custeio deve ter adesão ao seguro. Para PRONAMP e demais produtores, a obrigatoriedade se dá para operações de até R\$ 335.000,00, oriundos de recursos controlados.

Associados PRONAF dispõem da renovação simplificada. Essa operação permite a renovação das operações de custeio agrícola e pecuário por até quatro anos consecutivos. Desde que as culturas possuam ciclo de um ano, os associados podem manter as condições da operação inicial por quatro anos sem a necessidade de assinar e registrar novamente o instrumento de crédito.

### **2.1.2 Investimento**

Além do custeio, outro tipo de crédito ofertado é o Sicredi Investimento Agropecuário. Esse tipo de crédito é destinado à aquisição de bens e serviços que serão utilizados por vários ciclos produtivos por parte do agricultor. Esse tipo de crédito possibilita ao produtor aumento da capacidade produtiva, diversificação de suas atividades, redução de custos produtivos e, como consequência, aumento da renda (Manual de Introdução ao Crédito Rural, 2021).

De acordo com o Manual de Introdução ao Crédito Rural (2021), esse produto está disponível para todos os beneficiários do crédito rural. Sua fonte de recurso conta com recursos próprios da cooperativa; recursos da Poupança Rural pós-fixada; recursos da Poupança Rural pré-fixada; recursos da Poupança Equalizada; Recursos Próprios Repasse Pré e Pós-fixada e obrigatórios – MCR 6.2.

Nas operações de investimento, não é permitido aquisição de propriedade rural e nem veículos que se classifiquem como de passeio. Além disso, a partir da safra de 2018/2019, não é mais permitido adquirir animais destinados a serviço ou lazer. Só é permitido adquirir animais com esse recurso para fins de reprodução. É possível financiar matrizes (vacas de cria, vacas de leite, etc.) e reprodutores (touro, carneiros, etc.) (Manual de Introdução ao Crédito Rural, 2021).

O uso do crédito de investimento nas atividades pecuárias caracteriza-se pela compra de máquinas e equipamentos, mas especialmente pela aquisição de animais para criação e reprodução. Como a pecuária apresenta ciclos produtivos mais longos, especialmente na bovinocultura de corte e leite, o acesso a créditos de investimentos para a aquisição de animais torna-se uma ferramenta importante para manutenção e crescimento da atividade (Viana *et al.*, 2019, p. 297).

Ademais, outros itens financiáveis por esse recurso são:

- Financiamento de plano ou projeto rural (assistência técnica);
- Recuperação ou reforma de máquinas, tratores, embarcações, veículos e equipamentos;
- Aquisição de acessórios ou peças de reposição, desde que não coberto por seguro;
- Georreferenciamento de propriedades rurais;
- Formação, expansão ou recuperação de lavouras de cana, desde os trabalhos preliminares, o plantio e os tratos até a primeira safra (cana-planta);
- Regularização ambiental da propriedade rural;
- Demais itens para inovações em bens e serviços relacionados com a atividade agropecuária dos associados;
- Recursos livres podem ser destinados a reforma e construção de moradia aos trabalhadores rurais.

Sendo assim, o recurso só pode ser utilizado para aquisição dos bens e serviços descritos que serão utilizados por vários ciclos operacionais mediante comprovação. Qualquer irregularidade notada acarreta a desclassificação do beneficiário.

### **2.1.3 Comercialização**

Esse tipo de crédito tem como função auxiliar o produtor na comercialização de seu produto. É utilizado para arcar com despesas da fase subsequente à colheita ou converter em espécie os títulos resultantes de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas. As linhas de crédito disponíveis são a comercialização que engloba a pré-comercialização, o Financiamento Especial para Estocagem de

Produtos Agropecuários (FEE) e o Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP) (Manual de Comercialização e FGPP, 2023).

O Financiamento Especial para Estocagem de Produtos Agropecuários (FEE), trata-se de um financiamento concedido ao produtor ou sua cooperativa, que permite a estocagem do produto a fim de viabilizar melhor venda ao longo do ano. A estocagem segue o Preço Mínimo de Garantia ou Preço de Referência e, essa política garante ao produtor um Preço Mínimo de Referência aos seus produtos, garantindo-lhe renda mínima (Manual de Comercialização e FGPP, 2023).

De acordo com o Manual de Comercialização e FGPP (2023), o Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP) fornece financiamento aos beneficiadores, agroindústrias e cerealistas que desempenham funções de limpeza, padronização, armazenagem e comercialização de produtos agrícolas, e as cooperativas na atividade de beneficiamento ou industrialização, que adquiram o produto por valor não inferior ao Preço Mínimo ou de Referência.

Comparado aos créditos de custeio e investimento, as liberações de comercialização representam uma pequena parcela dos créditos rurais (Viana *et al.*, 2019).

Já com relação ao crédito de comercialização, Nunes<sup>14</sup> (2007) aponta que o baixo acesso, tanto na atividade pecuária como agrícola, deve-se pela preferência do governo em estimular contratos com valores mais expressivos (especialmente destinados a custeio e investimento), concentrando o acesso aos contratos de comercialização em grandes produtores, empresas e cooperativas (Nunes, 2007, *apud* Viana *et al.*, 2019, p. 297).

As fontes de recurso desse financiamento são recursos próprios da cooperativa, Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), poupança livre pós-fixado e pré-fixado. As taxas variam de acordo com a tabela disponibilizada pelo Banco Cooperativo Sicredi (Manual de Comercialização e FGPP, 2023).

---

<sup>14</sup> NUNES, S. P. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. 2007.

#### 2.1.4 Industrialização

As linhas disponíveis no recurso destinado para a industrialização agropecuária, de produção própria ou de terceiros são: PRONAF Industrialização para Agroindústria Familiar e Industrialização para Cooperativas de Produção no âmbito de Demais Produtores (Manual de Industrialização Agropecuária, 2022).

De acordo com o Manual de Industrialização Agropecuária (2022), são beneficiários PRONAF agroindústria:

- PF: pessoas físicas beneficiárias do PRONAF, condicionado a no mínimo, 80% da produção seja própria;
- PJ: empreendimentos familiares rurais que possuam DAP PJ ou CAF válido, formado por um ou mais beneficiários de PRONAF, com a condição de no mínimo 70% da produção seja produzida por seus membros;
- Cooperativa Central: Cooperativas centrais da agricultura familiar, desde que 60% de seus participantes ativos sejam beneficiários do PRONAF, comprovado. Além disso, no mínimo, 55% da produção seja originada de cooperados enquadrados no PRONAF;
- Cooperativa Singular: cooperativas singulares da agricultura familiar, que comprovem, no mínimo, 75% de seus participantes ativos sejam beneficiários do PRONAF, comprovado. E também 75% da produção seja proveniente de seus cooperados enquadrados no PRONAF.

O PRONAF agroindústria tem como finalidade financiar a industrialização da produção; formar estoque de insumos, matéria prima e do produto final; adiantamentos do valor de produtos entregues para venda; financiar a armazenagem e conservação de produtos para venda futura (Manual de Industrialização Agropecuária, 2022).

Os beneficiários da industrialização e demais produtores são as cooperativas de produção em que, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da produção a ser beneficiada ou processada, seja de produção própria ou de seus associados. De acordo com o Manual de Industrialização Agropecuária (2022), o financiamento tem como objetivo:

- Auxiliar os produtores na limpeza, secagem, pasteurização, refrigeração, descascamento e padronização dos produtos;

- Aquisição de insumos como embalagens, rótulos, condimentos, conservantes e adoçantes; subsidiar gastos com mão-de-obra, manutenção e conservação de equipamentos;
- Financiar aquisição de materiais secundários indispensáveis ao processamento industrial;
- Ajudar no pagamento de seguros e impostos do processo de industrialização.

O crédito de industrialização não pode ser adquirido para insumos a serem processados. Deve desempenhar um papel de financiar atividades agropecuárias, de produção própria ou de terceiros, no setor da Agricultura Familiar (PRONAF) e de atender gastos atribuídos ao processo de beneficiamento ou industrialização no âmbito de Demais.

Nesse capítulo, foram apresentados os tipos de crédito rural disponíveis para financiamento na cooperativa Sicredi Integração RS/MG. A seguir, será apresentado o perfil de liberação de crédito rural, a partir de dados compilados no *site* do Banco Central e disponibilizados pela cooperativa.

### **CAPÍTULO 3: O PERFIL ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS E DO CRÉDITO LIBERADO VIA SICREDI**

Com finalidade de entender as liberações de recursos por parte do Banco Central e da Cooperativa Sicredi nas cidade de estudo, Conselheiro Lafaiete, Itabirito, Cachoeira do Campo, Ouro Branco, Congonhas, Entre Rios de Minas, Mariana e Jeceaba, foi realizada uma pesquisa qualitativa dessas cidades, a fim de entender como as linhas de crédito disponíveis na cooperativa Sicredi Integração RS/MG podem proporcionar o desenvolvimento econômico das cidades mineiras.

A área geográfica de nossa análise compreende as primeiras cidades do processo de expansão da Sicredi Integração RS/MG a Minas Gerais. A justificativa do período escolhido, de 2019 a 2022, se deve à chegada da cooperativa a Minas Gerais, em abril de 2019, e à base de dados disponibilizada pelo Sicredi até 2022.

Para dar a dimensão econômica destes municípios, foram utilizados os dados de PIB e VAB, retirados do IBGE Cidades, além de revisão bibliográfica<sup>15</sup>. Em termos das modalidades de recursos, foram levantados dados de liberação de crédito rural por parte do Banco Central do Brasil e da Sicredi Integração RS/MG, com interesse de compreender a quantidade de recursos repassados pelo BC que estão sendo emprestados pela cooperativa nas cidades que possui atuação em Minas Gerais, entre os anos de 2019 e 2022.

Os dados financeiros foram retirados do *site* do Banco Central e disponibilizados pela Central de Crédito Rural da Sicredi Integração RS/MG, os quais foram deflacionados para o ano de 2019 pelo IGP-DI. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) é utilizado pelo Banco Central como deflator de produtos agropecuários, devido à dimensão de produtos em sua metodologia.

Os dados coletados, junto da revisão bibliográfica do Manual de Introdução ao Crédito Rural (2021) e de autores que estudam como o crédito rural pode auxiliar no desenvolvimento econômico regional, nos permitiram chegar aos resultados que se seguem.

---

<sup>15</sup> O VAB – Valor Adicionado Bruto – é um importante indicador econômico, responsável pelo cálculo do PIB. Além disso, indica o valor econômico criado por um determinado setor da economia: Fonte: Valor Adicionado: O que é, significado - Finanças (soescola.com).

### 3.1 ANÁLISE DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO RURAL

Nesta seção, será apresentada a liberação dos créditos nos anos de 2019 a 2022, dos produtos custeio, investimento, comercialização e industrialização nas cidades de Conselheiro Lafaiete, Itabirito, Cachoeira do Campo, Ouro Branco, Congonhas, Entre Rios, Mariana e Jeceaba. Cidades estas que possuem agências da cooperativa Sicredi Integração RS/MG. Além disso, será feito um comparativo com a liberação de crédito nas mesmas cidades com dados do Banco Central.

Os dados apresentados foram compilados na base de dados do Banco Central e da central de crédito rural do Sicredi. Na análise dos dados, houve limitações devido ao curto intervalo de tempo para realização da pesquisa e do período de atuação da Sicredi Integração RS/MG nos municípios presentes em sua área de expansão –2019 a 2022. Além disso, não foi possível realizar análise do distrito de Cachoeira do Campo, por ser este um distrito circunscrito ao município de Ouro Preto. Devido a isso, o *site* do Banco Central não disponibiliza dados de crédito rural de distritos, apenas das cidades como um todo.

Os valores foram transformados para constantes de 2019 a partir do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). Índice esse, utilizado pelo Banco Central como deflator de produtos agropecuários, devido à dimensão de produtos em sua metodologia, se encaixando melhor nesse estudo.

#### ***Conselheiro Lafaiete***

A cidade de Conselheiro Lafaiete, fundada em 19 de setembro de 1790, conta com sua economia baseada nas atividades de serviço, comércio e indústria. Desde o início de suas atividades econômicas, a cidade possui como base a atividade comercial (Batista; Bathyelly, 2021). Apesar da maior parte da economia se basear em outros setores, a cidade conta com uma produção de milho, feijão e batata que abastece o comércio local e regional<sup>16</sup>.

Conselheiro Lafaiete faz parte do Quadrilátero Ferrífero e é “uma das províncias minerais mais famosas do mundo, associada a uma pletera de depósitos minerais de valor econômico, notadamente ferro e ouro, mas também urânio,

---

<sup>16</sup> Agronegócio fomenta economia de Conselheiro Lafaiete, Lafaiete Agora, 1 de março de 2023. Disponível em: <https://lafaieteagora.com.br/2023/03/01/agronegocio-fomenta-economia-de-conselheiro-lafaiete/>

manganês, alumínio (bauxita), calcário etc.” (Girodo<sup>17</sup>, 2005 *apud* Ferreira, 2012, p.14).

Assim como Ouro Branco, Congonhas e Jeceaba, a cidade possui inclinação a focar sua economia em minero-siderúrgicas. Porém, em seu estudo, Batista (2021) afirma que o investimento da cidade, desde seus primórdios, é o investimento na área comercial.

Após o enfraquecimento da atividade aurífera, a cidade desenvolveu a atividade agrícola, na metade do século XVIII. Já no século XIX, Batista (2021) afirma que o investimento da cidade passou a se desenvolver com base em sua área industrial. Hoje, apesar da indústria não ser a principal atividade da cidade, e sim o setor de serviços, Conselheiro Lafaiete se encontra na posição de principal rede urbana do Alto do Paraopeba. Isso pode ter ocorrido devido ao início da atuação da empresa AçoMinas na região de Congonhas, Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete, e pelo fato de a empresa ter escolhido Conselheiro Lafaiete para moradia de seus funcionários especializados, no bairro “Vila dos Engenheiros”, criado pela mesma (Batista; Bathyelly, 2021).

De acordo com *síte* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade de Conselheiro Lafaiete, no ano de 2021, atingiu um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 3.118.548,686. O Valor Adicionado Bruto da cidade foi de R\$ 2.838.890,313, como demonstrado no quadro 2:

**Quadro 2** - Demonstrativo por segmentos e Valor Adicionado Bruto da cidade de Conselheiro Lafaiete

Segmentos	Valor real	Percentual
Indústria	R\$ 642.203,60	22,62%
Serviços	R\$ 1.555.904,31	54,81%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	R\$ 619.427,96	21,82%
Agropecuária	R\$ 21.354,45	0,75%
Valor adicionado bruto a preços correntes	R\$ 2.838.890,31	100,00%

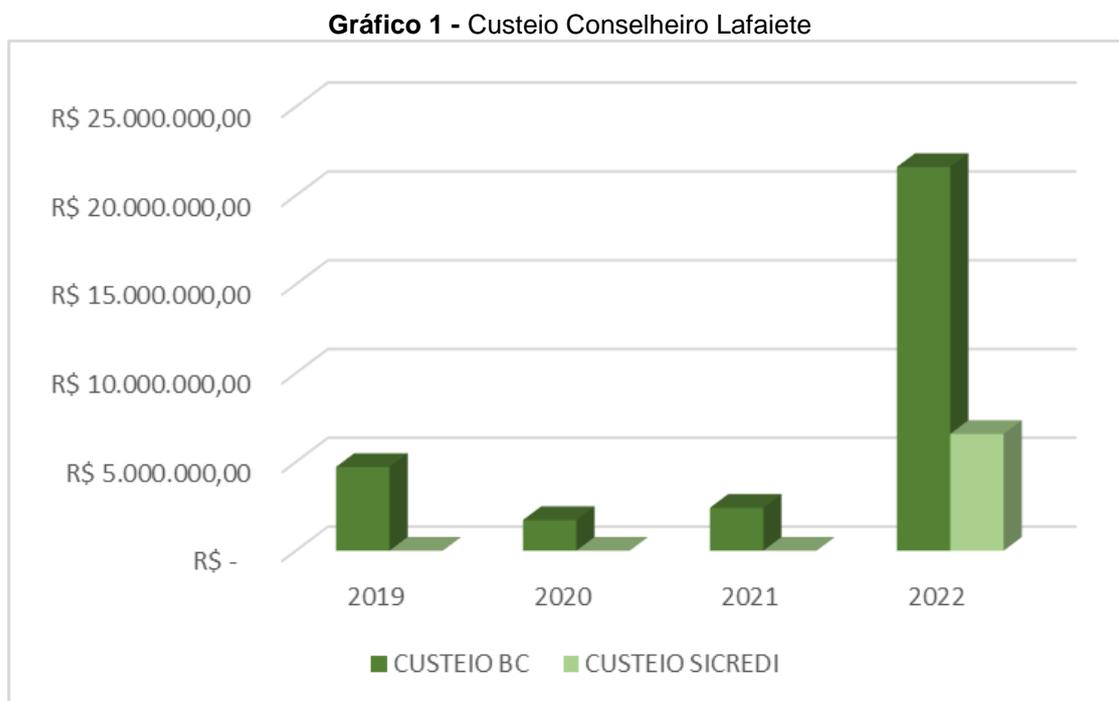
Fonte: Elaborado pela autora de acordo com dados do IBGE (2021).

Pelo quadro acima verifica-se que o setor de serviços/ comércio sobressaem, como citado anteriormente. Além disso, o fato de servir como dormitório dos

<sup>17</sup> GIRODO A. C. *Projeto APA SUL RMBH*. 2005.

trabalhadores das usinas ao redor, forçou a cidade a se desenvolver em outros setores além do industrial e perda de participação relativa da indústria por questões relacionadas à perda de competitividade do município, baixo investimento no setor, entre outros fatores, ajuda a entender o percentual vinculado a este setor. Porém, em termos relativos, a agropecuária não é um setor tão expressivo para o VAB municipal.

Entre os anos de 2019 e 2022, apresentado no Gráfico 1, podemos observar o repasse de recursos apenas dos produtos de custeio e investimento por parte do Banco Central e também, da cooperativa. Na área de custeio, o Banco Central contabilizou 34 contratos no ano de 2019, 30 em 2020, 40 em 2021 e 59 em 2022. Podemos notar uma crescente na liberação de contratos na cidade. Desses contratos, sete foram liberados no ano de 2022, por parte do Sicredi.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

Por mais que o Sicredi Integração RS/MG tenha chegado à cidade em abril de 2019, foram feitos os primeiros contratos na área de investimento no ano de 2021, conforme demonstra o Gráfico 2. Em 2019 foram computados 32 contratos de investimento, 31 em 2020, 30 em 2021 e 30 em 2022. Houve liberação por parte da cooperativa nessa linha apenas em 2021, em que, dos 30 contratos, nove foram liberados pela cooperativa (participação de 30% das liberações).

**Gráfico 2 - Investimento Conselheiro Lafaiete**

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi. Deflator usado IGP-DI ano base 2019.

Pode-se observar um crescimento expressivo nos valores liberados tanto na linha de investimento, quanto na linha de custeio no ano 2022. Nesse ano, houve liberações de custeio por parte do Sicredi. As liberações na linha de investimento pela cooperativa Sicredi aconteceram somente no ano de 2021.

### **Itabirito**

Fundada em 1752, a cidade de Itabirito possui como principal atividade comercial a extração de minério, de acordo com o *site* da Prefeitura, porém, busca diversificar suas atividades econômicas<sup>18</sup>. A cidade está inserida em uma área chamada Quadrilátero Ferrífero, e segundo Andrade e Silva (2020, p. 487), trata-se de uma “importante unidade geográfica e geológica valorizada apenas por sua dimensão econômica consolidada no contexto socioeconômico da sociedade urbano-industrial brasileira”.

Como parte do Quadrilátero Ferrífero, Itabirito tem como principal atividade econômica a mineração: “Itabirito surgiu e se desenvolveu em torno de áreas de exploração mineral” (Moura, 2007; p. 64). Devido à pouca profundidade do solo, a

<sup>18</sup> <https://www.itabirito.mg.gov.br/negocios-e-investimentos/vocacao-economica>

pobreza de matéria orgânica e o relevo acidentado tornam difícil o desenvolvimento da agropecuária no local (Moura, 2007).

De acordo com o estudo de Garcia (2019), a taxa de urbanização da cidade passou de 92,99% para 95,86%, no período de 2000 a 2010. No período de 1991 a 2010, houve um declínio considerável na população rural no município, quando em 1991, contava com 3.413 e em 2010, com 1.883 produtores rurais no local, de acordo com dados do IBGE.

No ano de 2018, a empresa especializada em genética líquida para suinocultura, Agroceres PIC, chega à cidade. A empresa, referência no mercado, significa um marco na história de Itabirito no setor da agroindústria<sup>19</sup>.

A Prefeitura da cidade, em conjunto com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, vem promovendo auxílio técnico gratuito aos pequenos produtores rurais e aos agricultores familiares. No ano de 2021, 20 produtores foram beneficiados com instalação de estufas a fim de incentivar o plantio para produção da merenda escolar<sup>20</sup>.

A partir das notícias supracitadas, podemos ver o investimento da cidade no desenvolvimento do setor agropecuário. Isso se deve à preocupação da cidade na diversificação econômica, como consta no *site* da prefeitura.

Devido ao fato de que, desde o início, as atividades econômicas na cidade sejam focadas na mineração, podemos ver a predominância do setor industrial no VAB da cidade. Em 2021, segundo o *site* do IBGE, o PIB da cidade foi de R\$ 13.139.828,428. O Valor Adicionado Bruto foi de R\$ 12.600.887,416.

---

<sup>19</sup> Agroceres PIC insere Itabirito na história do agronegócio nacional, 21 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.agrimidia.com.br/negocios/empresas/agroceres-pic-insere-itabirito-na-historia-do-agronegocio-nacional/>

<sup>20</sup> Agricultura familiar: Prefeitura de Itabirito dá sequência a ações de apoio a produtores rurais, 27 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.itabirito.mg.gov.br/imprensa/noticias/agricultura/agricultura-familiar-prefeitura-de-itabirito-da-sequencia-a-acoes-de-apoio-a-produtores-rurais>

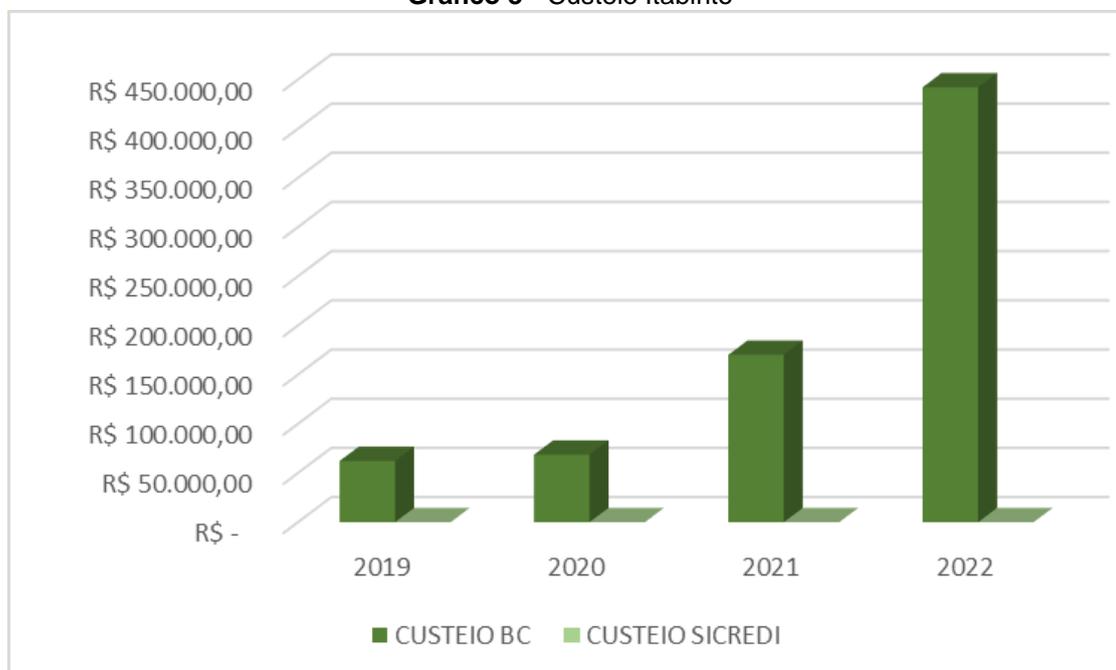
**Quadro 3** - Demonstrativo por segmentos e Valor Adicionado Bruto da cidade de Itabirito

Segmentos	Valor real	Percentual
Indústria	R\$ 9.350.936,02	74,21%
Serviços	R\$ 2.818.849,77	22,37%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	R\$ 422.584,78	3,35%
Agropecuária	R\$ 8.516,85	0,07%
Valor adicionado bruto a preços correntes	R\$ 12.600.887,42	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com dados do IBGE 2021.

Chegando à cidade em julho de 2019, o Sicredi somente foi ativo na liberação de crédito rural no ano de 2021 e 2022. Itabirito apresenta um baixo valor de crédito, custeio e investimento liderado por parte do Banco Central nos anos apresentados.

De acordo com dados do Banco Central, foi liberado somente um contrato de custeio no ano de 2019, cinco em 2020, sete em 2021 e seis em 2022, conforme demonstra o Gráfico 3. Dessas liberações, nenhuma contou com participação da cooperativa.

**Gráfico 3** - Custeio Itabirito

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

Na linha de investimentos, foram dois contratos em 2019, dois em 2020, dois em 2021 e quatro em 2022. Podemos notar um baixo número de contratos liberados na cidade e valores reduzidos também. Observa-se, apenas em 2021, um contrato

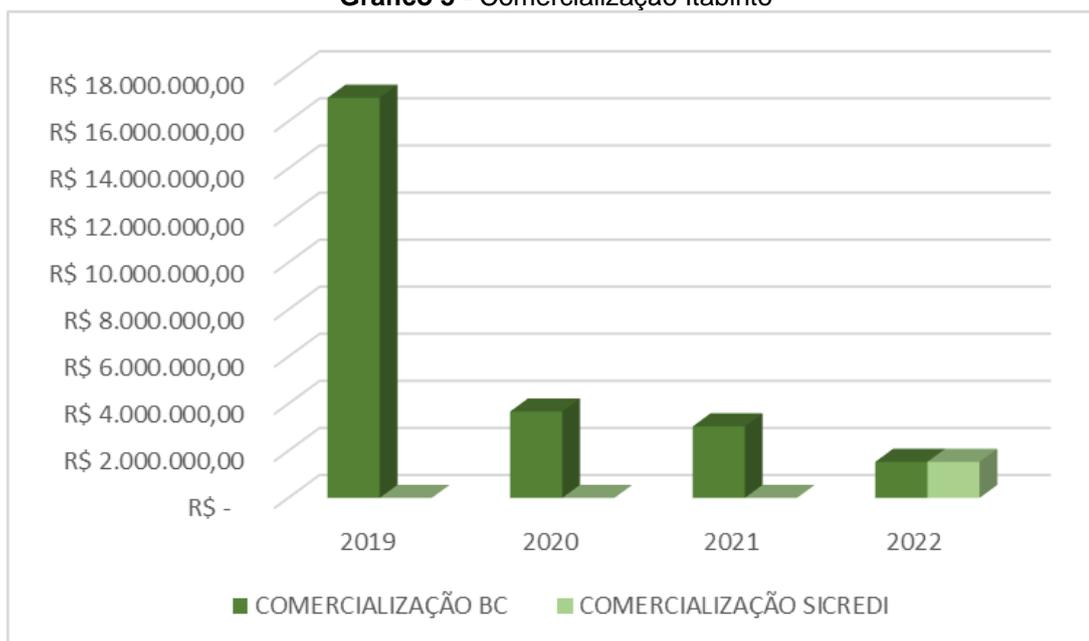
liberado por parte do Sicredi utilizando recursos próprios da cooperativa, como mostra o Gráfico 4, a seguir.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

No ano de 2022, houve crescente considerável no valor de recursos liberados pelo Banco Central, tanto de custeio, quanto de investimento. Assim como em Conselheiro Lafaiete, houve movimentação por parte da prefeitura no ano anterior em investimentos na área agropecuária, que pode ter contribuído para a crescente.

A cidade possui alta liberação de créditos de comercialização no ano de 2019 e apresenta queda brusca nos anos seguintes. Foram liberados 10 contratos em 2019, sete em 2020, quatro em 2021 e apenas um em 2022. Dessas liberações, apenas no ano 2022 houve liberação de contrato de comercialização por parte da cooperativa, em que o único contrato liberado na cidade se deu por parte da cooperativa, utilizando-se de recursos repassados pelo Banco Central, como demonstra o Gráfico 5.

**Gráfico 5 - Comercialização Itabirito**

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

Apesar da chegada da Sicredi na cidade, em julho de 2019, apenas nos anos de 2021 e 2022 pudemos observar liberações por parte da cooperativa. No ano de 2021, a Sicredi participa das liberações de crédito na linha de investimento e no ano de 2022, participa da única liberação de crédito da cidade na linha de comercialização. Essas liberações advieram da cooperativa, demonstrando seu interesse em contribuir para o setor na cidade.

### ***Cachoeira do Campo***

Cachoeira do Campo, por se tratar de um distrito de Ouro Preto, não apresenta dados no Banco Central de liberação de crédito rural. Portanto, não será possível realizar o comparativo de liberações por parte da cooperativa e por parte do Banco Central.

### ***Ouro Branco***

Ouro Branco, localizada na região central do estado de Minas Gerais, começou a ser habitada no final do século XVII, por aqueles interessados em extrair o ouro presente no local. De acordo com o *site* da prefeitura, a cidade iniciou sua economia com a exploração do ouro, depois com plantações de uva, logo mais com ciclo de batata e atualmente, a atividade dominante é a industrial.

Como parte do território do Alto do Paraopeba, a cidade de Ouro Branco, desde sua formação, participa da exploração mineral, inicialmente aurífera (Batista, 2021). Após o fim dessa atividade, a cidade resolveu investir no desenvolvimento da atividade agrícola. Atualmente, a cidade se apoia na atividade siderúrgica e de exploração mineral.

Outro setor com atuação relevante de Ouro Branco é o setor de serviços. Com a chegada da Açominas na cidade, houve o desenvolvimento de serviços básicos de saúde e comércio (Batista, 2021).

No ano de 2019, a empresa Gerdau divulgou informações de seu programa de investimentos (CAPEX) para os anos de 2019 a 2021. De acordo com a Gerdau, a sua maior usina de operações, estabelecida na cidade de Ouro Branco, ganharia, naquele ano, o investimento no valor de quase R\$ 1,6 bilhão focado na manutenção, expansão e atualização da usina<sup>21</sup>.

Segundo a Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidentes e Alto Paraopeba (ADESIAP), a economia da cidade é baseada no setor industrial, mas especificamente a siderurgia, e o setor de serviços.

Apesar da agricultura não ser uma das principais atividades econômicas da cidade, os agricultores existentes contam com a Associação dos Agricultores Familiares de Ouro Branco (AAGRIFAM). Fundada em 2011, a entidade é referência no estado de Minas Gerais no abastecimento de hortaliças, frutas, tubérculos, leguminosas, mel e quitandas, consequência do esforço dos 105 produtores rurais participantes.

No ano de 2021, a entidade AAGRIFAM foi declarada utilidade pública para o município de Ouro Branco, sendo citada como importante auxílio no desenvolvimento de técnicas de produção para os agricultores e, por consequência, aumentando a produtividade e qualidade de vida dos produtores rurais<sup>22</sup>.

Podemos observar no Quadro 4, a predominância do setor industrial na contribuição do VAB. Apesar de Batista (2021) citar o setor de serviços como

---

<sup>21</sup> Gerdau vai investir quase R\$1,6 bi em Ouro Branco, Diário do Comercio, 22 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/economia/gerdau-anuncia-plano-bilionario-para-ouro-branco/>

<sup>22</sup> Associação dos Agricultores Familiares de Ouro Branco é declarada de Utilidade Pública para o município, 10 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.ourobranco.cam.mg.gov.br/noticia/168/Associacao-dos-Agricultores-Familiares-de-Ouro-Branco-e-declarada-de-Utilidade-Publica-para-o-municipio>

relevante, o setor contribui com menos de 20% para o VAB da cidade. No ano de 2021, segundo o *site* do IBGE, a cidade de Ouro Branco atingiu o PIB de R\$ 8.842.769,128.

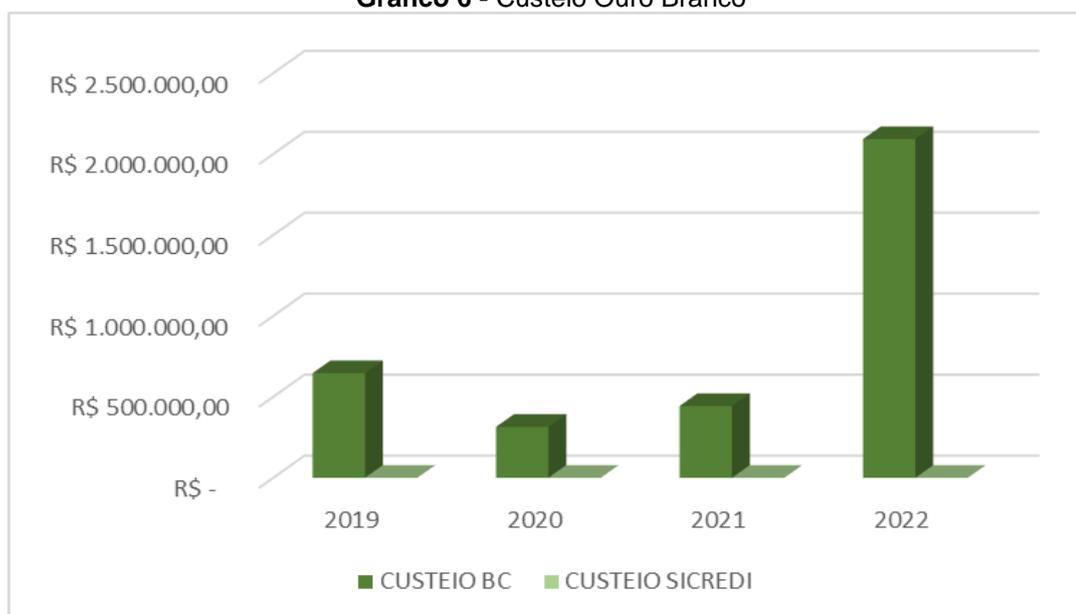
**Quadro 4** - Demonstrativo por segmentos e Valor Adicionado Bruto da cidade de Ouro Branco

Segmentos	Valor real	Percentual
Indústria	R\$ 5.664.004,23	77,40%
Serviços	R\$ 1.416.958,60	19,36%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	R\$ 227.428,37	3,11%
Agropecuária	R\$ 9.791,61	0,13%
Valor adicionado bruto a preços correntes	R\$ 7.318.182,81	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com dados do IBGE 2021.

O Sicredi chega à cidade de Ouro Branco em 2020. O Banco Central apresenta repasse de recursos na cidade apenas para linhas de custeio e investimento. Nota-se maior parte do recurso para linhas de custeio. Em 2019, 27 contratos, 23 em 2020, 25 em 2021 e 21 em 2022. Não houve liberação na cidade por parte da Sicredi, conforme se vê no Gráfico 6, a seguir.

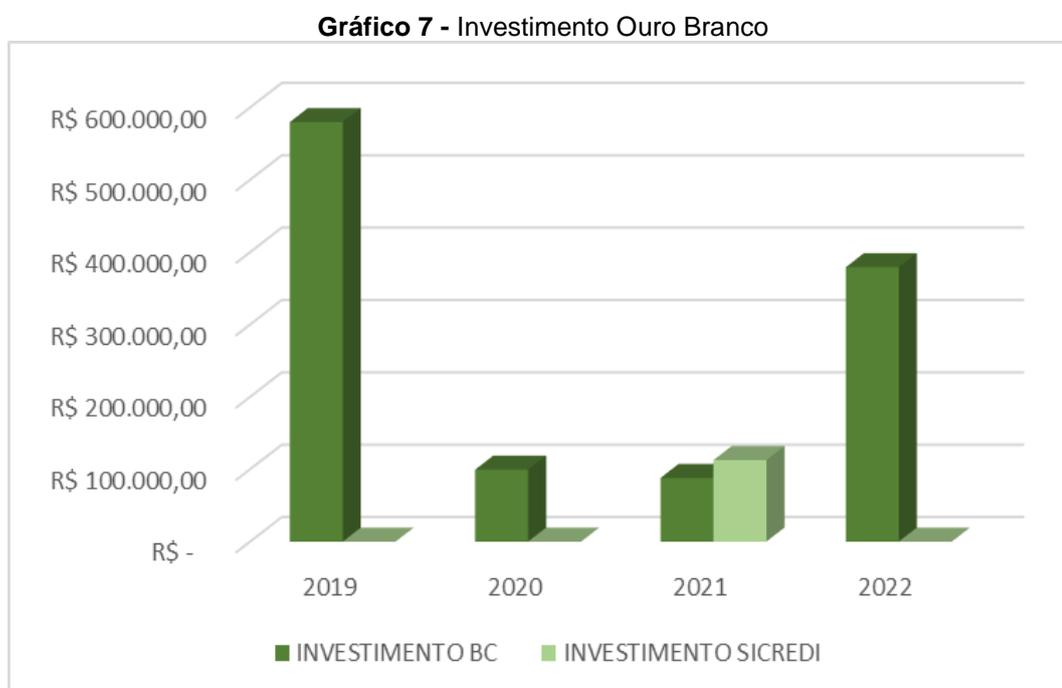
**Gráfico 6** - Custeio Ouro Branco



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

Nas linhas de investimento, o ano de 2019 lidera as liberações com 11 contratos, cinco em 2020, cinco em 2021 e quatro em 2022 como demonstra o Gráfico

7. O ano de 2021, com menor valor de repasse por parte do Banco Central, com menos de R\$ 100.000,00, conta com dois contratos de investimento liberados pela Sicredi, sendo que um deles, utiliza-se de recursos próprios da cooperativa.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

O setor industrial é o setor que representa a maior participação no VAB da cidade. Apesar da cidade contar com a associação, AAGRIFAM, que estimula o desenvolvimento dos produtores rurais, o setor agropecuário é o que menos possui participação no VAB. Apesar de a cidade demandar mais recursos da linha de custeio, o Sicredi não teve participação na liberação de recurso. Assim como em Itabirito, a cooperativa apresenta liberação de crédito com recursos próprios, na linha de investimento.

### **Congonhas**

Congonhas, fundada em 1938 e considerada patrimônio cultural mundial em 1985, pela Unesco, tem buscado diversificar sua atividade econômica para além da mineração. A cidade vem buscando variar suas atividades investindo em turismo, agricultura, inovação/tecnologia e economia criativa a fim de não concentrar todo seu desenvolvimento econômico na mineração exploratória, como vem acontecendo ao

longo dos anos. Em 2021, foi criado um plano de diversificação utilizando os valores advindos da mineração como forma de impulsionar a economia local<sup>23</sup>.

Devido à existência de jazidas de minério de ferro e à infraestrutura das ferrovias, rodovias e fontes de suprimento de água, o Distrito Industrial da cidade é voltado para a introdução das minero-siderúrgicas de grande e médio porte. (CODEMIG<sup>3</sup>, 2010, *apud* Ferreira, 2012). O Quadrilátero Ferrífero onde se encontra a cidade, é uma das maiores regiões de minério de ferro do mundo, por isso é fortemente explorada pelas atividades minero-siderúrgica (Ferreira, 2012).

De acordo com o estudo de Ferreira (2012), a área de extração de minério ocupa 50,7% do município. Apesar disso, afirma que a renda *per-capita* da cidade é razoavelmente baixa, o que demonstra a mineração como não sendo um fator decisivo no desenvolvimento local. “O que vem ocorrendo em Congonhas é a ‘verticalização’ da indústria minero-metalúrgica baseada em uma visão linear de desenvolvimento, muito comum no século XIX” (Ferreira; 2012, p. 61). Por isso, se faz importante a diversificação econômica na região.

Este cenário é ainda mais preocupante quando se adota uma perspectiva de longo prazo. A verticalização das atividades minerais aumenta a dependência econômica do município em relação às empresas minero-metalúrgica, não rompe com o paradigma do uso de recursos naturais finitos, e não prepara a comunidade para uma provável queda no volátil preço internacional das commodities metálicas, como ocorreu em 2008 (Ferreira, 2012, p. 62).

No ano de 2021, de acordo com o *site* do IBGE, a cidade de Congonhas apresentou um PIB de R\$ 4.115.643,68. O Valor Adicionado Bruto foi de R\$ 3.799.096,552, como demonstra o Quadro 5:

---

<sup>23</sup> Congonhas: rumo à diversificação econômica além da mineração, Correio Online, 11 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.jornalcorreiodacidade.com.br/noticias/33905-congonhas-rumo-a-diversificacao-economica-alem-da-mineracao#:~:text=A%20cidade%2C%20reconhecida%20pela%20Unesco%20como%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural,pilares%20estrat%C3%A9gicos%3A%20turismo%2C%20agricultura%2C%20inova%C3%A7%C3%A3o%2Ftecnologia%20e%20economia%20criativa>

**Quadro 5** - Demonstrativo por segmentos e Valor Adicionado Bruto da cidade de Congonhas

<b>Segmentos</b>	<b>Valor real</b>	<b>Percentual</b>
Indústria	R\$ 2.343.551,54	61,69%
Serviços	R\$ 1.038.151,45	27,33%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	R\$ 413.568,24	10,89%
Agropecuária	R\$ 3.825,32	0,10%
<b>Valor adicionado bruto a preços correntes</b>	<b>R\$ 3.799.096,55</b>	<b>100,00%</b>

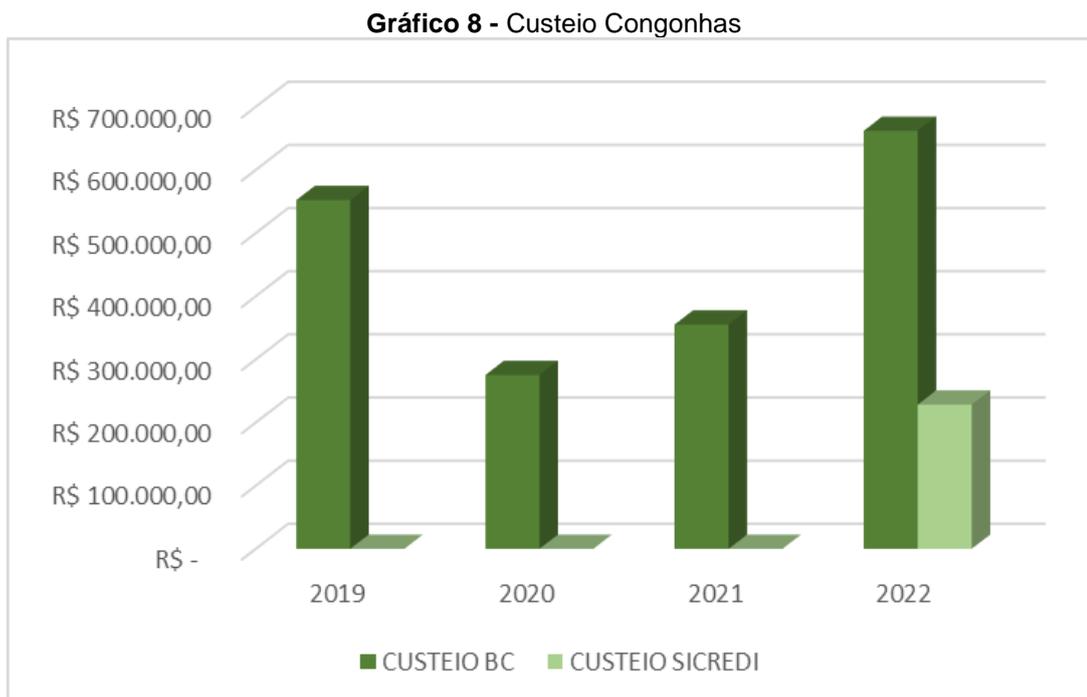
Fonte: Elaborado pela autora de acordo com dados do IBGE (2021).

No ano de 2021, o setor industrial dominou o VAB da cidade. No mesmo ano, a cidade iniciou projeto de diversificação econômica, com recursos advindos da mineração.

No ano de 2022, como iniciativa para o crescimento dos produtores rurais, a cidade de Congonhas aderiu ao Programa Mais Pecuária Brasil. O Programa, com duração inicialmente de um ano, é um dos mais eficientes na área de melhoramento genético do país<sup>24</sup>. A chegada do Programa pode trazer o crescimento para os produtores rurais da região, com a ajuda dos créditos rurais disponíveis na cooperativa Sicredi.

Com a Sicredi chegando a Congonhas, em 2021, não há dados de liberação por parte da mesma nos anos de 2019 e 2020. No ano de sua chegada, não consta liberações de custeio na cidade por parte da cooperativa, porém, foi contabilizado pelo Banco Central 16 contratos de custeio, no ano de 2021. Em 2022, houve a liberação de 20 contratos na cidade e um desses contratos foi liberado por parte da cooperativa, como mostrado no Gráfico 8.

<sup>24</sup> Congonhas recebe programa Mais Pecuária Brasil, uma das maiores iniciativas de melhoramento genético do país, 31 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.jornalcorreiodacidade.com.br/noticias/28245-congonhas-recebe-programa-mais-pecuaria-brasil-uma-das-maiores-iniciativas-de-melhoramento-genetico-do-pais>



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

O Sicredi conta com grande participação na liberação de recursos nas linhas de investimento na cidade, vemos que houve liberações acima do valor repassado pelo Banco Central, visto que o Sicredi possui suas linhas de crédito rural que utilizam recursos próprios da cooperativa. No ano de 2021, foram firmados dois contratos contabilizados pelo Banco Central e três pela cooperativa, demonstrando o início da atuação da Sicredi na cidade, inclusive utilizando-se da liberação de crédito rural por recursos próprios da cooperativa. No ano de 2022, foi mantida a liberação de dois contratos com recursos do Governo e um por parte da cooperativa, superando o valor liberado pelo Banco Central naquele ano, no Gráfico 9.

**Gráfico 9 - Investimento Congonhas**

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

A cidade, devido à sua localização no Quadrilátero Ferrífero, se vê fortemente explorada pelas mineradoras. O VAB da cidade é dominado pelo setor industrial e conta com quase 70% de participação. Apesar disso, o Sicredi chega à cidade no ano de 2021, com grandes liberações de contratos na linha de investimento. Inclusive, com liberações maiores que as repassadas pelo Banco Central. A cooperativa pode ser uma grande aliada da prefeitura da cidade, em seu projeto de diversificação econômica.

A atividade mineradora traz benefícios econômicos à cidade, porém, o foco nesse setor “limita a exploração e valorização da sociedade, bem como sua evolução” (Albuquerque e Felix, 2019, p. 1). Diversificar a economia pode significar um crescimento sustentável para a cidade.

### ***Entre Rios de Minas***

A cidade de Entre Rios de Minas, fundada em 1875, tem sua economia baseada na agropecuária e serviços. De acordo com o *site* da prefeitura da cidade, ela é uma grande produtora de leite, milho e cachaça artesanal. Possui uma tradição que dura há mais de 60 anos, a Festa da Colheita, que ocorre todo mês de julho como forma de agradecimento à produção rural. Como a cidade não apresentava recursos minerais, tendenciou à produção agropecuária, principalmente à agricultura de subsistência (Otani, 2001).

De acordo com Resende [s.d]: “Sua economia é fundamentada na exploração agropecuária e na agroindústria (torrefação de café, laticínios e cachaça), além do comércio, indústrias de pequeno porte e turismo ecológico”.

No ano 2000, a cidade procurou ajuda da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG), para o planejamento das atividades agropecuárias, ao invés de investir no setor industrial, como as outras cidades haviam feito. A ideia foi explorar o potencial do município incorporando a produção de insumos, investindo na capacitação do agricultor, na industrialização e comercialização dos materiais produzidos.

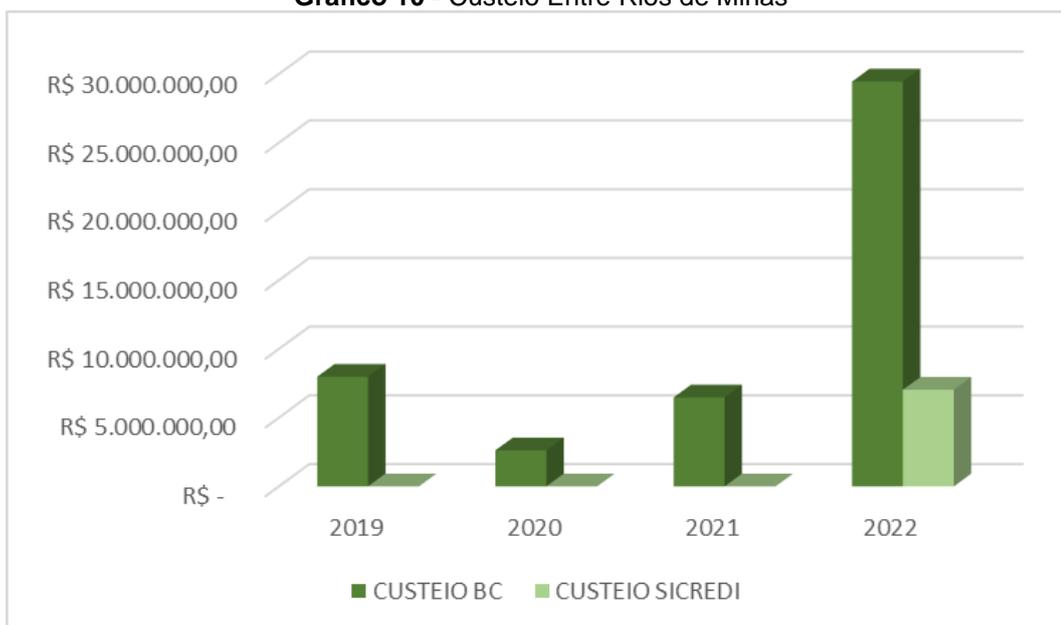
No ano de 2021, segundo o *site* do IBGE, o PIB da cidade foi R\$ 270.226,089. o Valor adicionado bruto foi de R\$ 248.931,662. Apesar de a agropecuária desenvolver papel significativo na cidade, ela não é o setor que mais contribui, como demonstra o Quadro 6.

**Quadro 6** - Demonstrativo por segmentos e Valor Adicionado Bruto da cidade de Entre Rios de Minas

<b>Segmentos</b>	<b>Valor real</b>	<b>Percentual</b>
Indústria	R\$ 23.121,38	9,29%
Serviços	R\$ 115.738,99	46,49%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	R\$ 74.307,64	29,85%
Agropecuária	R\$ 35.763,66	14,37%
Valor adicionado bruto a preços correntes	R\$ 248.931,66	100,00%

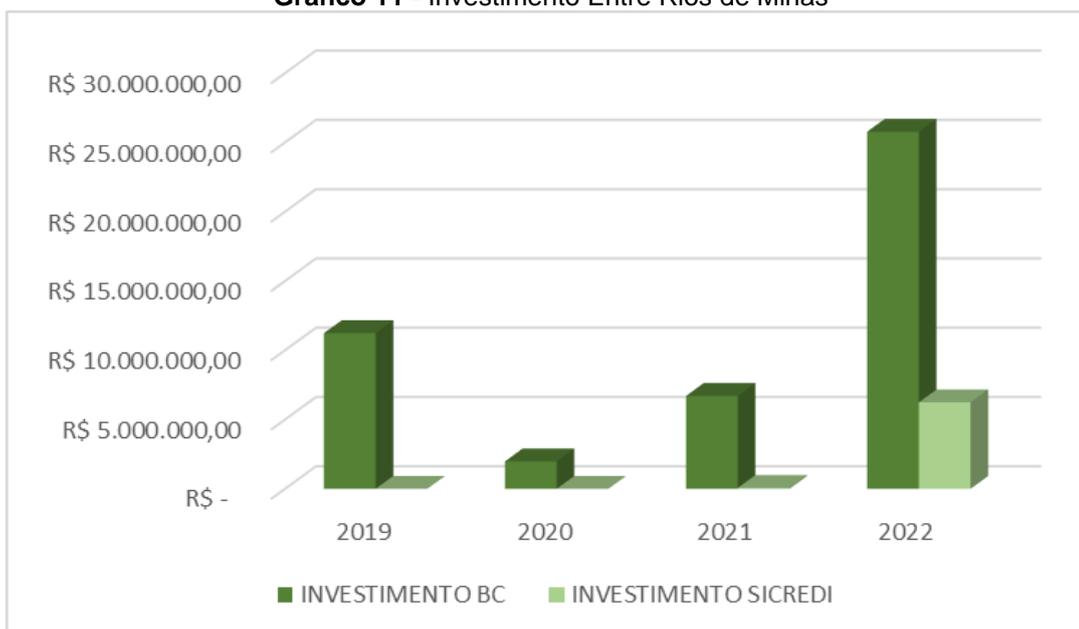
Fonte: Elaborado pela autora de acordo com dados do IBGE 2021.

A cidade de Entre Rios lidera em número de contratos liberados. Em relação aos contratos de custeio da cidade, temos 135 liberados em 2019, 122 em 2020, 145 em 2021 e 142 em 2022. Mesmo chegando à cidade em 2021, o Sicredi só participou da liberação de recurso de custeio na cidade no ano de 2022, em 11 contratos liberados, como mostra o Gráfico 10.

**Gráfico 10 - Custeio Entre Rios de Minas**

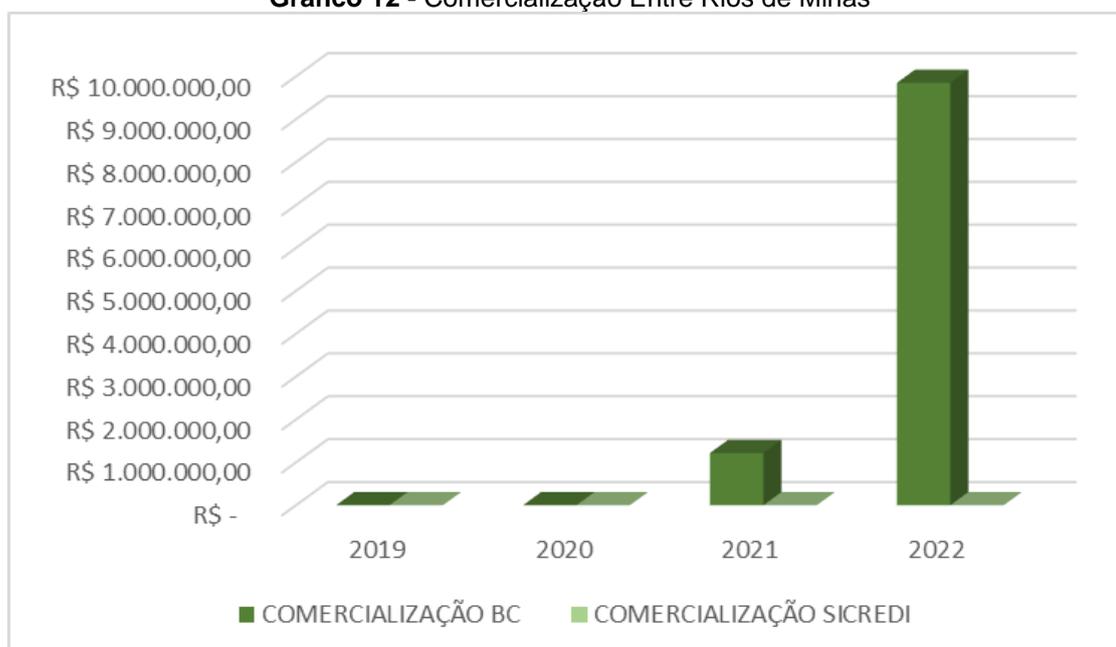
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

As linhas de investimento também contam com altos números de contratos liberados. De acordo com o Banco Central, em 2019 foram liberados 178 contratos, 76 em 2020, 135 em 2021 e 83 em 2022. A cooperativa só apresenta participação nas liberações dos 83 contratos liberados em 2022 na cidade. Com o recurso repassado, foram liberados 23 contratos pela cooperativa, conforme demonstrado no Gráfico 11.

**Gráfico 11 - Investimento Entre Rios de Minas**

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

Nas linhas de comercialização a cidade não conta com tantos contratos como nas outras linhas. Em 2019 e 2020, não houve liberação de recurso por parte do Banco Central. Já em 2021, foram liberados três contratos e sete em 2022, porém, nenhum deles por parte da cooperativa, como demonstra o Gráfico 12.

**Gráfico 12 - Comercialização Entre Rios de Minas**

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

Como a cidade de Entre Rios de Minas não possui recursos minerais a serem explorados, nos anos 2000 a cidade optou por investir no setor agropecuário. Apesar disso, o setor não é o maior contribuidor para o VAB. Diferentemente das outras cidades, o setor industrial não é o mais forte na cidade e sim o setor de serviços. Um indicativo do setor industrial não dominar o VAB, como nos outros casos, pode ser pelo fato de a cidade não possuir minerais a serem explorados.

### **Mariana**

A história de Mariana está vinculada às expedições em busca de ouro. Fundada em 1696, a cidade foi a primeira vila da capitania. Inicialmente, sua economia era baseada na exploração das minas de ouro e atualmente, a cidade tem como principal atividade econômica a mineração. Já seus distritos trabalham com a produção agropecuária e artesanato<sup>25</sup>.

O território de Mariana, desde a década de 1970, vem expandindo a exploração de minério de ferro. Desde sua constituição, a Mina de Germano, estruturada pela Samarco Mineração S.A, vem modificando a estrutura da cidade com aumento populacional, criando novas demandas ao comércio local, forçando a ampliação da infraestrutura urbana e de transporte e explorando o meio ambiente (Silva *et al.*, 2019).

Em 2016, a Fundação Renova criou um projeto com os produtores rurais de Mariana, visando reparar as propriedades rurais atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, no ano de 2015, que atingiu de maneira catastrófica os moradores do distrito de Bento Rodrigues. De acordo com *síte* da Renova, o Plano de Adequação Socioeconômica e Ambiental (PASEA), visa “promover adequação ambiental, recuperação de nascentes, de pastagens degradadas e de reservas legais, adequação e melhoria de estruturas rurais como currais e chiqueiros, instalação de sistemas para o tratamento do esgoto doméstico, diversificação da produção”.

Além disso, o projeto reformula o padrão de produção, investindo em tecnologias e estratégias sustentáveis. Até julho de 2020, cerca de 54 produtores receberam seus planos de recuperação<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/historico>

<sup>26</sup> PROJETOS OFERECEM FUTURO SUSTENTÁVEL A PRODUTORES RURAIS DE MARIANA, Fundação Renova, 6 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/release/projetos-oferecem-futuro-sustentavel-a-produtores-rurais-de-mariana/#:~:text=At%C3%A9%20julho%20deste%20ano%2C%2054%20propriedades%20rurais%20>

No ano de 2019, os produtores rurais atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, receberam assessoria do Sistema Agroflorestal (SAF) em parceria com a Fundação Renova, com intuito de diversificar a produção. O modelo da SAF busca diversificação da produção em uma mesma área de atuação. É feito um estudo da área de plantio e seleção de horticultura, fruticultura e silvicultura não conflitantes<sup>27</sup>.

O PIB de Mariana, de acordo com o *site* do IBGE, em 2021, marcou R\$ 7.367.378,398. O Valor Adicionado Bruto foi de R\$ 7.168.040,872, como demonstra o Quadro 7:

**Quadro 7** - Demonstrativo segmentos e Valor Adicionado Bruto da cidade de Mariana

Segmentos	Valor real	Percentual
Indústria	R\$ 5.067.055,78	70,69%
Serviços	R\$ 1.648.746,55	23,00%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	R\$ 433.682,84	6,05%
Agropecuária	R\$ 18.555,70	0,26%
Valor adicionado bruto a preços correntes	R\$ 7.168.040,87	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com dados do IBGE 2021.

Pode-se observar que o setor que menos obteve participação no VAB foi o da agropecuária, com apenas 0,26% do valor total. O setor industrial ocupa o primeiro lugar, com 70,69% do total do VAB, demonstrando a dependência da cidade nesse setor.

A dependência da cidade de Mariana no setor da mineração revela a necessidade do foco em um modelo de desenvolvimento socioeconômico mais diversificado economicamente. Dessa forma, em caso de diminuição das atividades mineradoras, como ocorreu no ano de 2015, logo após o rompimento da barragem, a economia da cidade não decaia.

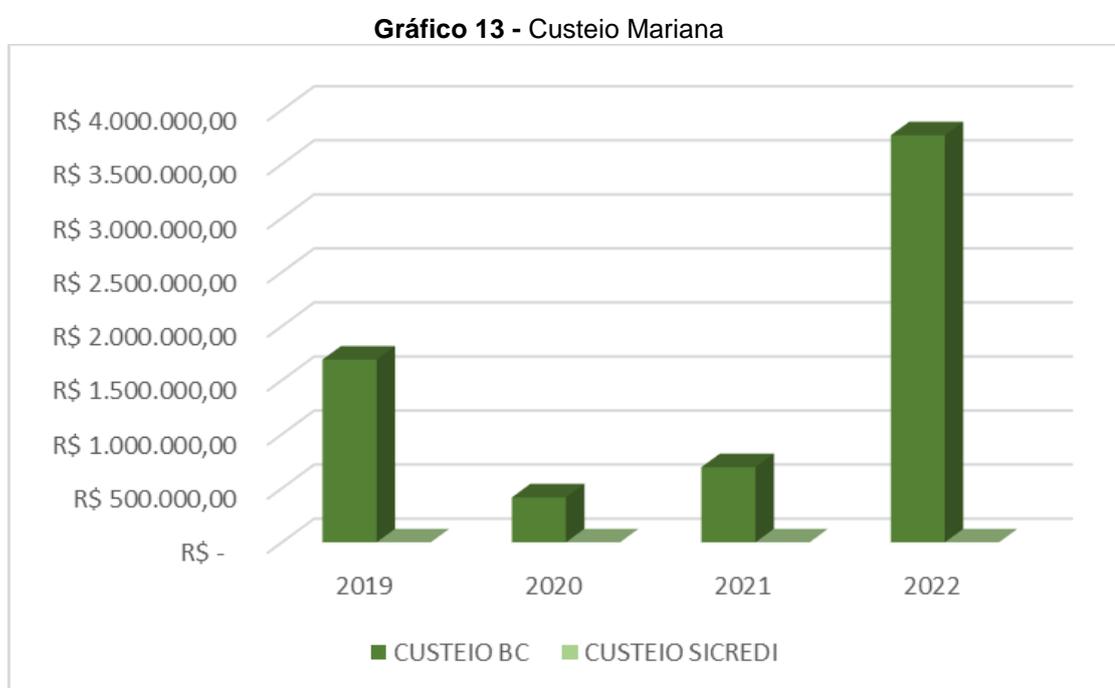
As características econômicas do município revelam a sua vulnerabilidade e está associada à baixa diversificação produtiva e às poucas alternativas de

de,e%20Extens%C3%A3o%20Rural%20do%20Estado%20Minas%20Gerais%20%28Emater-MG%29.

<sup>27</sup> Áreas agrícolas atingidas em Mariana apostam em diversificar produção, Agência Brasil, 8 de novembro 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-11/areas-agricolas-atingidas-em-mariana-apostam-em-diversificar-producao>

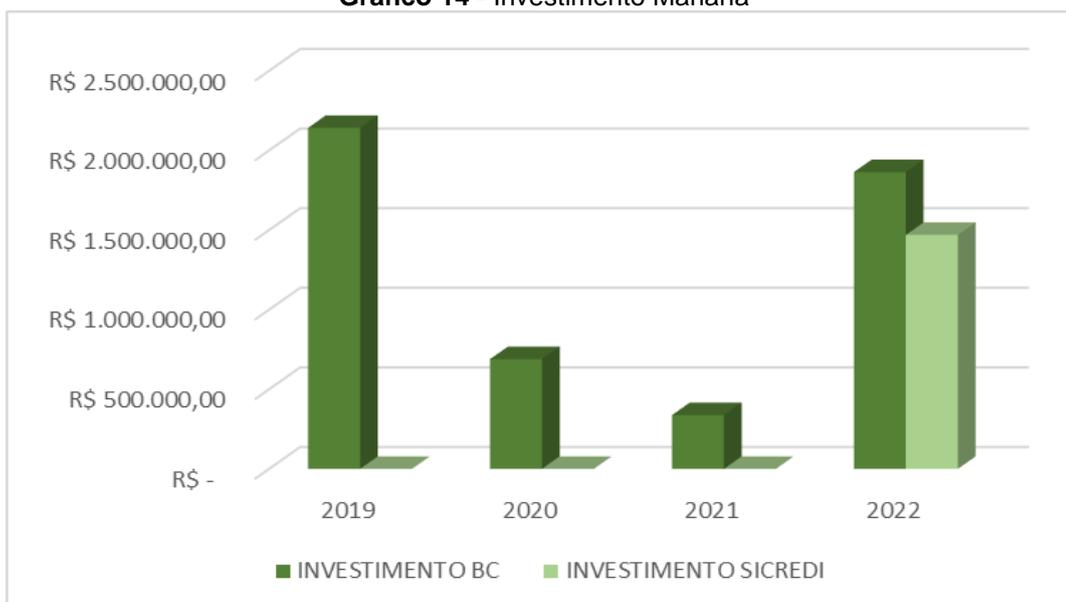
geração (e internalização) de emprego e renda que independam mais do setor motriz e da dinâmica do ciclo econômico (Silva; Silva, 2021; p. 25).

Na cidade de Mariana, a cooperativa chega em 2021. Com relação aos contratos de custeio, a Sicredi não teve participação na liberação dos recursos. Apesar do ano de 2022 liderar na quantidade de recurso liberado, quando comparado aos anos de 2019 a 2021, com mais de R\$ 2.000.000,00 divididos em 48 contratos, o ano de 2019 é que conta mais contratos liberados, somando 59 contratos, seguido de 2020, com 37 contratos e 2021, o ano com menor valor de recurso, 41 contratos, demonstrado no Gráfico 13.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

Na linha de investimento, contamos com a participação da cooperativa no ano de 2022, com três contratos liberados contra seis, por parte do Banco Central. Já em 2019, foram liberados 30 contratos, sendo 19 em 2020 e seis em 2021, todos com recursos repassados pelo Banco Central, conforme apresentado no Gráfico 14.

**Gráfico 14 - Investimento Mariana**

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi

Apesar de a cidade possuir altos valores nas liberações de crédito rural, o setor da agropecuária ainda se encontra como o que menos contribui para o valor adicionado bruto. Conforme demonstrado, devido à importância do investimento em diversidade econômica, o setor da agropecuária é um forte candidato a receber investimento tanto por parte da prefeitura de Mariana, quanto por parte da cooperativa de crédito Sicredi.

### ***Jeceaba***

Fundada em 1910, a cidade de Jeceaba possui como principal atividade econômica o setor industrial. De acordo com o Censo de 2010, a população contava com 5.396 habitantes, sendo 53,66% da população urbana e 46,34% rural. De acordo com Lopes (2013, p. 68), “devido a este aspecto, a cidade é classificada como ‘tipicamente rural’”. Ainda segundo o mesmo autor:

A economia nas últimas décadas esteve baseada principalmente no comércio local e na atividade agropecuária (gado de leite, café, milho e arroz). A cultura da cana de açúcar tem se destacado, o que tem estimulado a construção de alambiques e a comercialização de produtos artesanais por parte dos produtores locais. Outra atividade que se encontra em processo de desenvolvimento na região é a criação de avestruz (Lopes, 2013; p. 71).

No ano de 2007, o governo de Minas Gerais divulgou a construção do Distrito Industrial da Vallourec com intuito de dar início ao processo de industrialização da região (Lopes, 2013). No ano de 2011, a empresa Vallourec chega à cidade e contribui

para a geração de milhares de empregos, desde sua construção até o início das operações. Há mais de uma década, a empresa contribui para o desenvolvimento socioeconômico da cidade<sup>28</sup>.

No momento em que se dá a instalação da indústria na cidade, antes rural, se vê com novas oportunidades de trabalho e desenvolvimento econômico (LOPES, 2013). Apesar de no ano de 2010 a cidade ser considerada “tipicamente rural” com a chegada da indústria na cidade o setor agropecuário não se desenvolveu tanto e acabou não contribuindo tanto economicamente como podemos observar abaixo o setor ocupa o último lugar no VAB. “Com a expansão da atividade mineral, a região descaracteriza-se juntamente com sua paisagem. A grande oferta de empregos faz com que a população se especialize especificamente para o setor, ficando a mercê do mesmo” (Albuquerque; Felix, 2019, p. 4)

De acordo com o site do IBGE, a cidade possui um PIB de R\$1.953.258,616 em 2021. O VAB da cidade no ano de 2021 foi de R\$1.679.462,708.

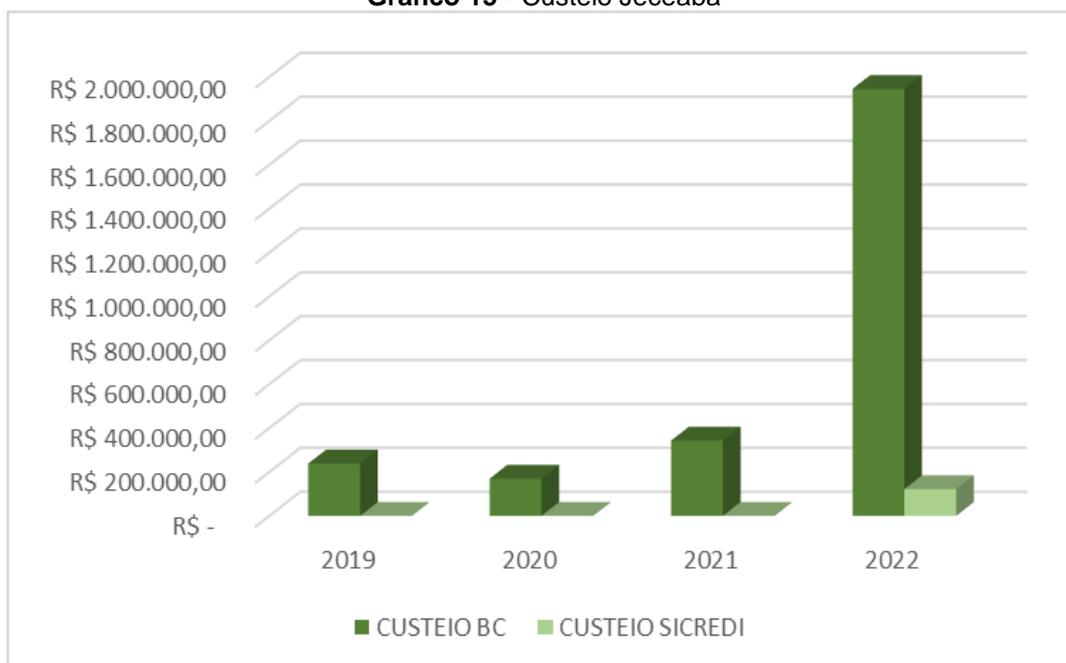
**Quadro 8** - Demonstrativo segmentos e Valor Adicionado Bruto da cidade de Jeceaba

<b>Segmentos</b>	<b>Valor real</b>	<b>Percentual</b>
Indústria	R\$ 1.315.069,65	78,30%
Serviços	R\$ 293.714,20	17,49%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	R\$ 60.202,36	3,58%
Agropecuária	R\$ 10.476,51	0,62%
Valor adicionado bruto a preços correntes	R\$ 1.679.462,71	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com dados do IBGE 2021.

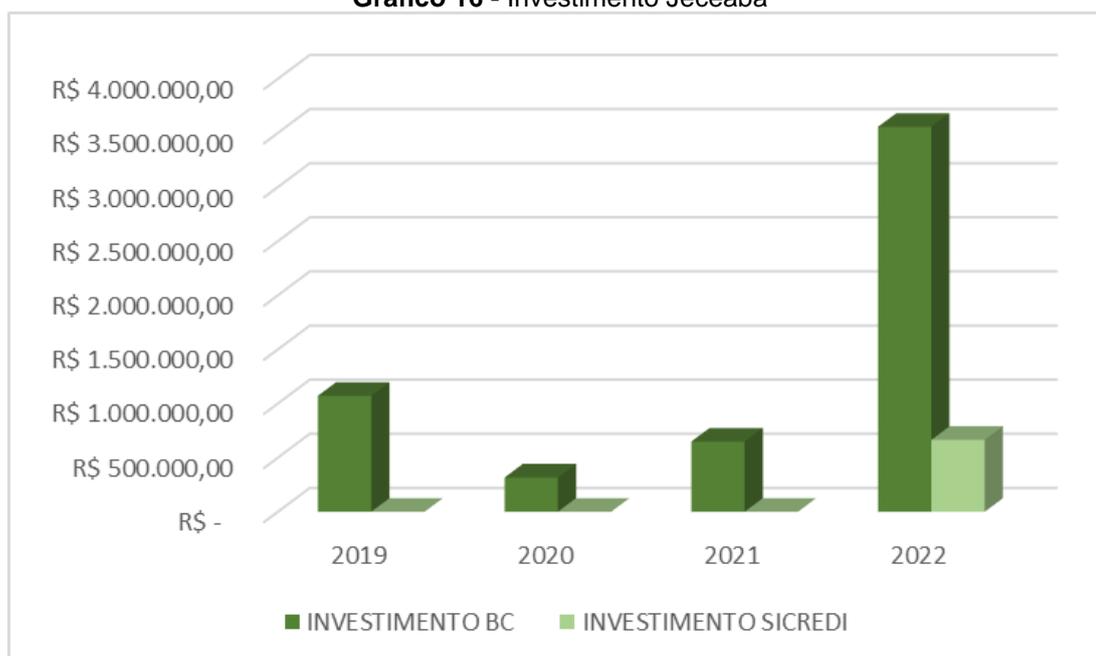
O Sicredi chega a Jeceaba no ano de 2022 já participando das liberações de recursos de crédito rural. No ano de 2022 foram liberados 2 contratos de custeio por parte da cooperativa e 13 no total de acordo com os dados do Banco Central. No ano de 2019 foram 8 contratos, em 2020 foram 10 e 15 em 2021, todos com recursos repassados pelo Banco Central, conforme demonstrado no Gráfico 15.

<sup>28</sup> Vallourec celebra 10 anos de inauguração da unidade Jeceaba, Correio de Minas, 14 setembro de 2021, Disponível em: <https://correiodeminas.com.br/2021/09/14/vallourec-celebra-10-anos-de-inauguracao-da-unidade-jeceaba/>

**Gráfico 15 - Custeio Jeceaba**

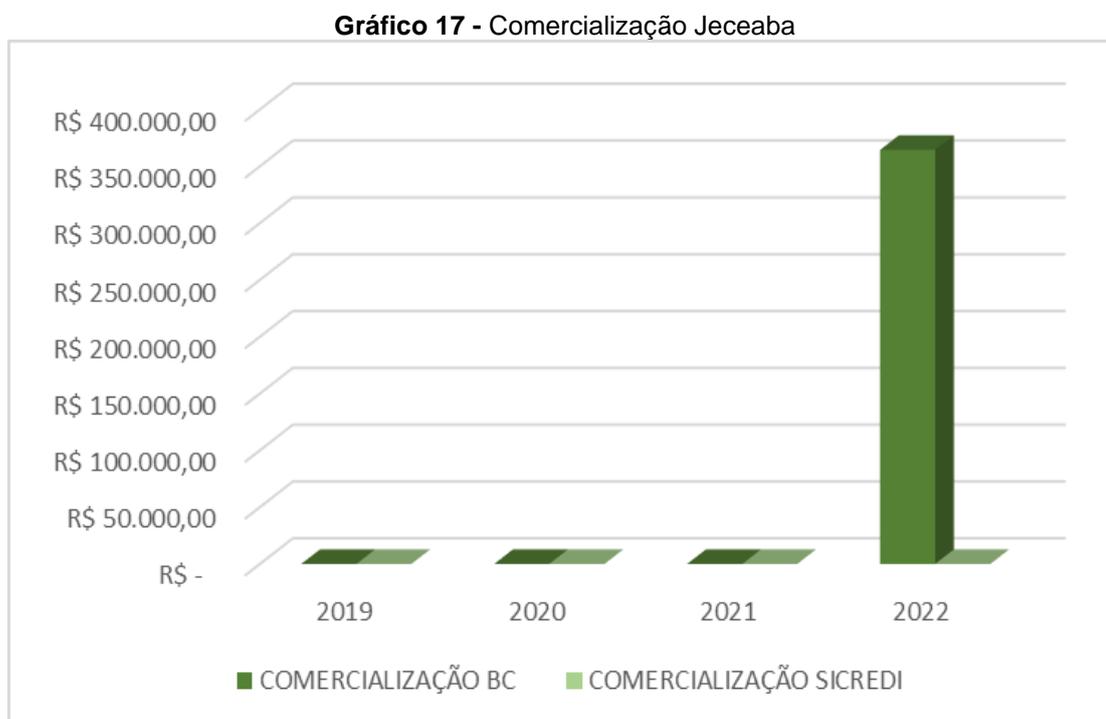
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

Nas linhas de investimento, a cooperativa também teve participação na liberação dos recursos com quatro contratos dos 13 liberados na cidade no ano de 2022. Nos outros anos, foram liberados 25 em 2019, 12 em 2020 e 19 em 2021, demonstrado no Gráfico 16.

**Gráfico 16 - Investimento Jeceaba**

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

Em relação às linhas de comercialização, não houve participação da cooperativa nas liberações. A linha só possui recurso liberado pelo Banco Central no ano de 2022, com dois contratos que somam mais de R\$ 200.000,00, conforme demonstrado no Gráfico 17.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Central e Sicredi.

A cidade de Jeceaba, antes considerada rural, não teve grande participação da agropecuária, analisando o VAB de 2021. Apesar disso, a cooperativa pode auxiliar na diversificação econômica da cidade participando ativamente na liberação de recurso para o setor agropecuário, ajudando em seu desenvolvimento. Com a chegada da cooperativa na cidade, em 2022, já houve liberação de recurso e, no mesmo ano, foram liberados seis contratos nas linhas de custeio e investimento. Com boa aceitação da população, podem ser liberados ainda mais contratos, contribuindo para o desenvolvimento econômico da cidade.

### 3.2 RESULTADOS

Neste capítulo, foram apresentadas as liberações de crédito rural por parte do Banco Central e por parte da cooperativa Sicredi. Além disso, foi feito um estudo bibliográfico sobre as especificidades econômicas de cada uma das sete cidades apresentadas.

Podemos observar que a maioria das cidades estão focando seu desenvolvimento econômico na área industrial, inclusive é o setor que mais contribui para o valor adicionado de todas elas, com exceção de Conselheiro Lafaiete e Entre Rios de Minas. Das sete cidades e um distrito apresentados, apenas duas, Conselheiro Lafaiete e Entre Rios de Minas, apresentam o setor de serviços como maior contribuinte do VAB.

A cidade de Entre Rios de Minas, devido ao fato de possuir, desde seus primórdios, economia baseada na agropecuária. Inclusive, nos anos 2000, em parceria com a Emater, houve investimento no setor ao invés de, a exemplo das outras cidades do grupo pesquisado, focar no setor industrial. Dessa forma, apesar de a agropecuária não ser o maior contribuinte do VAB, a cidade, dentre as sete, é a que mais possui contratos de liberação de crédito rural.

Apesar da maioria das cidades terem o setor industrial como principal setor, muitas delas estão procurando diversificar sua atividade econômica a fim de não ficarem tão dependentes da mineração. Como é o caso de Itabirito e Congonhas, citados por notícias de jornais locais. A falta de diversificação econômica e dependência do setor da mineração deixa a cidade vulnerável em caso de diminuição das atividades mineradoras (Silva, 2021).

Com a chegada da Sicredi nessas cidades, é possível, juntamente com o incentivo das prefeituras locais, desenvolver o setor que menos tem contribuído para o PIB, o agropecuário, e assim diversificar a economia regional a fim de não ficar à mercê do setor industrial.

## CONCLUSÃO

Esta monografia teve como objetivo apresentar a importância do cooperativismo na liberação de crédito rural e sua contribuição para o desenvolvimento desse setor. No primeiro capítulo, foi apresentada uma revisão sobre o cooperativismo no Brasil e no mundo. No segundo, foi feita uma apresentação das modalidades de financiamento rural disponibilizadas pelas cooperativas.

A principal contribuição deste trabalho foi na análise da liberação dos recursos via SICREDI, a partir das modalidades de custeio, investimento e comercialização. Vale ressaltar que não houve liberação no período apresentado na área de crédito de investimento, para os municípios de Conselheiro Lafaiete, Itabirito, Ouro Preto (especificamente seu distrito, Cachoeira do Campo), Ouro Branco, Congonhas, Entre Rios de Minas, Mariana e Jeceaba.

A escolha dos municípios se deve à disponibilidade dos dados pelas agências, decorrente da ordem cronológica de abertura desses órgãos. Inclusive, o fato do projeto de expansão ter sido iniciado no ano de 2019, limitou a análise de dados, encurtando o período para sua realização e delimitando o recorte temporal de 2019 a 2022.

As modalidades de crédito para as quais são liberados mais recursos, são as linhas de custeio e investimento. Ambas abrangem uma ampla área de necessidade dos agricultores, visto que a linha de custeio financia os custos de produção agrícola e pecuária e a linha de investimento, o financiamento de bens e serviços.

A cidade onde mais houve liberação de contratos por parte do Banco Central foi a cidade de Entre Rios de Minas, que conta com 544 contratos de custeio, sendo que 11 foram por parte da Sicredi; 472 contratos de investimento, dentre os quais, 23 foram liberados pela cooperativa e 10 contratos da linha de comercialização, não havendo participação da cooperativa.

Mesmo chegando a esta cidade apenas no ano de 2021, a cooperativa se faz ativa nas liberações de contratos com recursos advindos do Banco Central, o que promove aos agricultores locais o poder de escolha de solicitar seu recurso, em uma instituição financeira que distribui seus resultados e se preocupa em promover o desenvolvimento local.

Neste sentido, o SICREDI tem conseguido se consolidar enquanto ofertante de financiamento nos municípios analisados. Assim, se faz importante o papel das

cooperativas em parceria com as prefeituras municipais, a fim de dinamizar o desenvolvimento local para estes municípios.

## REFERÊNCIAS

AGRIMÍDIA. Agroceres PIC insere Itabirito na história do agronegócio nacional, **Agrimidia**, 21 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.agrimidia.com.br/negocios/empresas/agroceres-pic-insere-itabirito-na-historia-do-agronegocio-nacional/>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

ALBUQUERQUE, S.; FELIX, J. Uma busca tangente pelo desenvolvimento regional na cidade de Congonhas/MG. In: ConBRepro – IX Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção, 2019, Ponta Grossa/PR, **Anais...** Ponta Grossa: APREPRO, 2019, 14p.

ANDRADE, V. L.; SILVA, L. M. R. A educação voltada à realidade cultural camponesa: estudantes rurais e construção da sustentabilidade agrícola em Ribeirão do Eixo, município de Itabirito – MG. **R. Gest. Sust. Ambient.**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 483-512, jan/mar. 2020.

ARAÚJO, B.; LI, D. **Crédito Rural**, [s.d], 34p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Site Institucional**. Banco Central do Brasil, 13 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/>> Acesso em: 20 jan. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cooperativismo de crédito cresce a passos largos no Brasil**. Banco Central do Brasil, 13 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/716/noticia>>. Acesso em: 24 dez. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cooperativa de crédito?**, Banco Central do Brasil. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>>. Acesso em: 24 dez. 2024.

BATISTA, B. **Formação urbano-regional e estrutura produtiva da região do Alto Paraopeba**: um estudo de caso dos municípios de Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco, 2021, 83f. Dissertação (Mestrado em Planejamento, Desenvolvimento e Território) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento, Desenvolvimento e Território, Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), São Joao Del-Rei, 2021.

BRIKER, I. **O crédito na agricultura brasileira no período 2013-2018**: estudo do PRONAF, PRONAMP e demais linhas de crédito rural, com ênfase no investimento. 2019, 95f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Porto Alegre, 2019.

CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. In: H. Novaes, A. Diogo Mazin & L. Santos (Eds.), **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. pp. 155-171. Marília: Lutas Anticapital, 2015.

CORREIO DE MINAS. Vallourec celebra 10 anos de inauguração da unidade Jeceaba. **Correio de Minas**, 14 setembro de 2021. Disponível em:

<<https://correiodeminas.com.br/2021/09/14/vallourec-celebra-10-anos-de-inauguracao-da-unidade-jeceaba/>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CORREIO ONLINE. Una Lafaiete seleciona pequenos produtores rurais da agricultura familiar para participação em projeto. **Jornal Correio da Cidade**, Conselheiro Lafaiete, 04 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.jornalcorreiodacidade.com.br/noticias/21819-una-lafaiete-seleciona-pequenos-produtores-rurais-da-agricultura-familiar-para-participacao-em-projeto>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. Gerdau vai investir quase R\$1,6 bi em Ouro Branco, **Diário do Comércio**, 22 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/economia/gerdau-anuncia-plano-bilionario-para-ouro-branco/>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

ENTRE RIOS DE MINAS. Prefeitura Municipal. **A cidade**. Entre Rios de Minas, 2024. Disponível em: <<http://entrieriosdeminas.mg.gov.br/pagina/1214/A%20cidade>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

FERREIRA, A. **A expansão da mineração no município de Congonhas (MG) e implicações sócio ambientais**. 2012, 131f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Minas) – Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, 2012.

FRADE, E. S.; OLIVEIRA, M. L. Cooperativismo de crédito: uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 13, n. 3, p. 153-174, dez. 2018. DOI: 10.5433/24157-108104-1.2018v13n3 p 153. ISSN: 1980-511X.

GARCIA, P. M. B. **Geomorfologia como base de análise ambiental integrada para o planejamento municipal: estudo de caso de Itabirito-MG**. 2019, 146f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal De Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2019.

GREATTI, L.; SELA, V. M. Atuação das cooperativas de crédito no processo de inclusão financeira no Brasil. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 40, n. 3, pp. 21-37, Paraná, 2021.

ITABIRITO. Prefeitura Municipal. **Agricultura familiar**: Prefeitura de Itabirito dá sequência a ações de apoio a produtores rurais. Itabirito 27 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.itabirito.mg.gov.br/imprensa/noticias/agricultura/agricultura-familiar-prefeitura-de-itabirito-da-sequencia-a-aco-es-de-apoio-a-produtores-rurais>>. Acesso em: 13jan. 2024.

ITABIRITO. **Vocação Econômica**, Prefeitura Itabirito. Disponível em: <<https://www.itabirito.mg.gov.br/negocios-e-investimentos/vocacao-economica>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

JACQUES, E. R.; GONÇALVES, F. O. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade**, v. 25, n. 2 (57), p. 489-509, Campinas, 2016

LAFAIETE AGORA. Agronegócio fomenta economia de Conselheiro Lafaiete. **Lafaiete Agora**, 1 de março de 2023. Disponível em: <<https://lafaieteagora.com.br/2023/03/01/agronegocio-fomenta-economia-de-conselheiro-lafaiete/>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

MARIANA. **Conheça um pouco da cidade de Mariana**: a primeira cidade de Minas. Histórico. Prefeitura de Mariana, Disponível em: <<https://www.mariana.mg.gov.br/historico>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica Do Nordeste**, v. 45, n. 5, pp. 83-92, 2017.

MEINEN, E.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro**: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília : Confedbras, 2014. 550 p.

MOREIRA, E. T. **Diversificação econômica**: análise da estrutura setorial das microrregiões do sul do Brasil, 2002/2010. 2014, 85f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MOURA, M. **Itabirito, um centro urbano emergente, seu papel e suas transformações**. 2007, 169f. Dissertação (Mestrado em Tratamento da Informação Espacial) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS), Belo Horizonte, 2007.

OTANI, M. N. et al. Um instrumental para o desenvolvimento rural: o sistema PDAM em Dourado (SP) e Entre Rios de Minas (MG). **Informações Econômicas**, SP, v. 31, n. 1, jan. 2001.

OURO BRANCO. Prefeitura Municipal. **Associação dos Agricultores Familiares de Ouro Branco é declarada de Utilidade Pública para o município**. Ouro Branco, 10 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.ourobranco.cam.mg.gov.br/noticia/168/Associacao-dos-Agricultores-Familiares-de-Ouro-Branco-e-declarada-de-Utilidade-Publica-para-o-municipio>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

RENOVA. Projetos oferecem futuro sustentável a produtores rurais de Mariana, Fundação Renova, 6 de agosto de 2022. Disponível em: <

RESENDE, J. V. Entre Rios de Minas adere ao planejamento agrícola. **IEA. Instituto de Economia Agrícola**, São Paulo, 1 de março de 2000, Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=298#:~:text=Em%20vez%20de%20entrar%20na,a%20partir%20da%20atividade%20agropecu%C3%A1ria.>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

RESENDE, S. et al. III-401 - Disposição final de resíduos sólidos urbanos: usina de triagem e compostagem de lixo do município de Entre Rios de Minas – MG. **ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental**, pp. 1-8, [s.d].

RODRIGUES, L. Áreas agrícolas atingidas em Mariana apostam em diversificar produção. **Agência Brasil**, 8 de novembro 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/areas-agricolas-atingidas-em-mariana-apostam-em-diversificar-producao>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

SANTOS, A. **As marcas de Amstad no cooperativismo e no associativismo gaúcho**: as lembranças da Associação Theodor Amstad e da Sicredi pioneira. 2013, 156f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Dossiê PRONAF 25 anos**: Histórico, transformações e tendências, v. 30 n. 51, pp. 12-41, jan./abr. 2021.

SICREDI. **Manual de Comercialização e FGPP**. Sicredi, 2023.

SICREDI. **Manual de Custeio Agropecuário**. Sicredi, v. 13.6, 2023.

SICREDI. **Manual de Industrialização Agropecuária**. Sicredi, v. 6.2, 2022.

SICREDI. **Manual de Introdução ao Crédito Rural**. Sicredi, 2021.

SILVA, F. F. **Distribuição de crédito para agricultura familiar**: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural. 2006. 250 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SILVA, F. F.; SILVA, J. F.; TUPY, I. S. Reflexões sobre resiliência econômica regional: o cenário pós-desastre de Mariana (MG). **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 2, p. 01 - 27, maio-agosto, 2019.

SILVA, J. F.; SILVA, F. F. Mineração e desastre: resiliência econômica regional e o caso de Mariana (Minas Gerais, Brasil). **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, pp. 692-719, mai./ago. 2020.

TOIGO, A. R. **Uma análise da especialização e diversificação das atividades econômicas das cidades brasileiras no ano 2011**. 2014, 79f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

VIANA, J. G. A. et al. Evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul: análise por atividade e finalidade dos recursos de 2006 a 2018. **Rev. Agro Amb.**, v. 14, n. 2, p. 291-303, 2021.